



Unidade Auditada: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCT

Exercício: 2015

Município: Rio de Janeiro - RJ

Relatório nº: 201601325

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201601325, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pelo INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA – MCTI.

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 01/04/2016 a 04/05/2016, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

Dentro do escopo acordado com o TCU, a CGU, no intuito de emitir uma opinião quanto à regularidade da gestão dos responsáveis pelo INT, se propôs a responder às seguintes questões de auditoria:

1. Considerando a natureza jurídica e o negócio da unidade prestadora de contas (UPC), as peças Rol de responsáveis, Relatório de gestão e Relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as



- contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade prestadora de contas estão em conformidade com as normas e orientações?
2. O rol de responsáveis elaborado pela unidade prestadora de contas (UPC) está em conformidade com os dispositivos legais e com as orientações do E-Contas (IN TCU 147-2015 Art. 6º §7º)?
 3. Os resultados quantitativos e qualitativos estão sendo atingidos? A relação Finalidade da Ação x Objeto do Gasto apresenta coerência?
 4. Os indicadores da instituídos e utilizados pela UPC para aferir o desempenho da sua gestão atendem, principalmente, aos critérios de Completude, Comparabilidade, Confiabilidade, Acessibilidade e Economicidade?
 5. Quanto à área de Recursos Humanos: A força de trabalho existente atende às necessidades da UPC (Unidade Prestadora de Contas)? Houve ganho/perda da força de trabalho no decorrer do exercício?, Qual a qualificação da força de trabalho (idade e escolaridade)? A UPC realizou estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição, perfil e parâmetros de lotação? A UPC realizou estudos quanto à suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias da Unidade? A UPC realizou estudos quanto à utilização de instrumentos e metas para a redução da defasagem entre o quantitativo e o perfil atual e o desejado, com estimativa de custos e cronograma de implementação? A UPC realizou estudos quanto ao impacto no quantitativo de pessoal decorrente da evolução futura dos desligamentos e aposentadorias?
 6. Caso existam determinações/recomendações do TCU à UPC (Unidade Prestadora de Contas), que contenham determinação específica à CGU para acompanhamento, as mesmas foram atendidas?
 7. A Unidade Prestadora de Contas (UPC) mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU? Existem recomendações pendentes de atendimento e que impactam a gestão da unidade?
 8. A UPC (Unidade Prestadora de Contas) está registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD?

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 08/12/2015, entre a CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SECEX-RJ, foram efetuadas as seguintes análises:



- Conferência das Peças e Rol dos Responsáveis (Item 1 do Anexo II da DN TCU 147/2015);
- Resultados Quantitativos e Qualitativos (Item 2 do Anexo II da DN TCU 147/2015);
- Avaliação dos Indicadores (Item 3 do Anexo II da DN TCU 147/2015);
- Recursos Humanos (Item 4a do Anexo II da DN TCU 147/2015);
- Atendimento de determinações do TCU;
- Atendimento das recomendações da CGU; e
- Atuação do CGUPAD.

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

As informações sobre o Rol de Responsáveis apresentadas pelo INT estão adequadas e conforme as orientações emitidas.

As peças apresentadas pelo INT no sistema e-Contas, sobre o exercício de 2015, estão de acordo com sua natureza jurídica e o negócio da unidade.

Quanto ao conteúdo da informação apresentada, ressalta-se, apenas, a inclusão de algumas correções, detalhadas no item 2.1.1.3 deste relatório, solicitadas pelo INT com relação aos seguintes itens de seu Relatório de Gestão 2015: Item 4.12 – “Restos a Pagar” (página 33), Item 4.16 – “Indicadores de Desempenho do Termo de Compromisso de Gestão – TCG” (página 37) e Item 8.1 – “Gestão de Pessoas” (páginas 49 a 51 e página 56).

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Analisando-se os resultados quantitativos e qualitativos do INT, verificou-se que, apesar das dificuldades enfrentadas pela UPC, eles estão sendo em parte atingidos.

Entretanto, verificou-se que, em certos casos, a relação entre as finalidades das ações e os objetos dos gastos não guardam correlação com a finalidade do Programa/Ação nos quais estão sendo executadas.



Constatou-se que houve uma redução expressiva do orçamento da UPC em relação a 2014, correspondendo a 11% no INT para a realização das atividades de pesquisa previstas para o exercício. Negociações foram mantidas pelo INT durante todo o exercício junto ao MCTI na busca de aporte de recursos adicionais para o cumprimento de seus compromissos. Foi necessária a disponibilização de montantes adicionais de recursos por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED para o INT, para utilização tanto em despesas de custeio quanto de capital, o que permitiu uma razoável execução orçamentária dentro dos limites mínimos indispensáveis ao desempenho da UPC.

Devido aos problemas orçamentários, a UPC foi obrigada a utilizar parte das dotações dos PO's 0001 - Transferência do Conhecimento Tecnológico, 002 - Promoção da Inovação na Sociedade e 003 - Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação Estratégica do INT, da Ação Finalística 20UN para suprir as deficiências da Ação 2000 – Administração da Unidade (PO 000C – INT).

Esta utilização foi necessária porque as despesas de custeios com contratos continuados e não continuados de manutenção da infraestrutura predial e laboratorial da UPC, em 2015, foi de R\$ 8.262.875,99 e que a dotação da Ação 2000 foi insuficiente para que a UPC pudesse cumprir suas obrigações mínimas para se manter funcionando. Ressalte-se que o valor da dotação inicial da Ação 2000 foi de R\$ 5.781.181,00, que corresponde a aproximadamente 70% das despesas de manutenção da infraestrutura predial e laboratorial.

A situação reversa também ocorreu, isto é, na execução do orçamento da Ação 2000 (PO 000C – INT) houve a necessidade eventual de utilização dos recursos dos Planos Orçamentários da Ação 20UN (finalística). Esta necessidade deveu-se a irregularidade do fluxo orçamentário ao longo do exercício de 2015.

Além da avaliação dos resultados relacionados ao PPA, realizou-se a avaliação dos resultados quantitativos do INT, especificamente quanto ao seu Plano Diretor 2011-2015 (PDU) e aos Termos de Compromisso de Gestão Anuais, assinados com o MCTI (TCG's). Conclui-se que, neste caso específico, os cortes orçamentários e o corte de pessoal afetaram consideravelmente a execução do macroprocesso finalístico da UPC, no exercício de 2015.

No caso dos TCG's, não foi realizada uma análise de impacto de cada indicador neles constantes a fim de apurar os efeitos sistemáticos dos cortes orçamentários e restrição de pessoal. O monitoramento dos indicadores do TCG se realiza, desde 2013, apenas por meio eletrônico, com o envio dos relatórios a SCUP/MCTI. Também não foi realizada uma análise de impactos quanto ao cumprimento ou não dos Objetos que compõem o Plano Diretor a UPC.



2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Avaliaram-se oito dos dezesseis indicadores que fazem parte do Termo de Compromisso de Gestão 2015 – TCG 2015, assinado entre o INT e o MCTI, representando 50% do total. Os resultados desta análise encontram-se no quadro a seguir:

Quadro I: Avaliação dos quesitos dos indicadores do INT

Indicador	Análise do Controle Interno	Critérios Analisados				
		C O M P L E T U D E	C O M P L E T U D E	C O N F I R M I L I D A D E	A C S S I B I L I D A D E	E C O N O M I C I D A D E
Índice Geral de Publicações (IGPUB)	Verificou-se que a lista das publicações (NGPUB) está presente somente a partir do Relatório de Acompanhamento do TCG relativo ao exercício 2013. Além disso, em 2015, o NGPUB foi apresentado com um valor diferente do esperado e com formato diferente daquele de 2014, dificultando a verificação e a contagem de seu valor. Desta forma, os quesitos confiabilidade e acessibilidade ficam prejudicados.	S	S	N	N	S
Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional (PPACI)	A fórmula simples do indicador e as informações disponibilizadas corretamente nos Relatórios de Acompanhamento dos TCG's 2011 a 2015 apontam para o atendimento dos quesitos.	S	S	S	S	S
Índice de Propriedade Intelectual (IPIn)	Os quantitativos correspondentes aos componentes da fórmula do indicador vêm sendo suficientemente detalhados nos Relatórios de Acompanhamento dos TCG's fazendo com que seus quesitos estejam contemplados.	S	S	S	S	S
Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas (IPIET).	Indicador cuja fórmula foi modificada em 2015. A avaliação dos critérios tem que esperar uma evolução de sua série histórica. Apenas o critério da acessibilidade pode ser avaliado devido à incompletude (no caso do numerador) e à ausência (no caso do denominador) de informações detalhadas no Relatório de Acompanhamento do TCG 2015, sobre os elementos que compõem a fórmula do indicador.	N / A	N / A	N / A	N	N / A
Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (APD).	Informações ausentes, incompletas ou conflitantes, quanto aos elementos que compõem a fórmula do indicador, de acordo com as diversas fontes consultadas: Respostas de Solicitações de Auditorias, Relatórios de Gestão, Relatórios de Acompanhamento dos TCG's, etc.	S	N	N	N	S
Índice de Execução Orçamentária (IEO).	Informações ausentes, incompletas ou conflitantes, quanto aos elementos que compõem	S	N	N	N	S



	a fórmula do indicador, de acordo com as diversas fontes consultadas: Respostas de SA's, Relatórios de Gestão, Relatórios de Acompanhamento dos TCG's, etc.					
Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento (ICT).	Informações ausentes, incompletas ou conflitantes, quanto aos elementos que compõem a fórmula do indicador, de acordo com as diversas fontes consultadas: Respostas de SA's, Relatórios de Gestão, Relatórios de Acompanhamento dos TCG's, etc.	S	N	N	N	S
Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social (PIS).	O desempenho do indicador vem sendo prejudicado pelos cortes orçamentários. Identificou-se a presença de informações conflitantes e incompletas nos Relatórios de Acompanhamento dos TCG's prejudicando a confiabilidade e a acessibilidade do indicador.	S	S	N	N	S

Fonte: Análise CGU. Observação: N/A – Não se pode Avaliar; S – Sim; N – Não

Observa-se que o indicador IPIET é um novo indicador, criado a partir do anterior (IIA - Índice de impacto da atuação do INT), constituindo-se numa evolução deste. Os indicadores APD, IEO e ICT dependem de dados extraídos do SIAFI. Em geral, identificou-se um conflito de informações dependendo da fonte utilizada para consulta sobre os indicadores, a saber: Relatório de Gestão da UJ, Termos de Compromissos de Gestão, Relatórios de Acompanhamento Anual de cada TCG e respostas às solicitações de auditoria, fatores que prejudicaram a avaliação dos quesitos: confiabilidade e comparabilidade.

Além disso, evidenciou-se a ausência do detalhamento das informações daqueles indicadores que possuem informações extraídas do SIAFI, prejudicando a avaliação do quesito acessibilidade.

Entende-se que os problemas acima reportados podem ser minimizados com a criação de uma norma interna do INT que defina as informações que devem ser extraídas, quando, como e de onde devem ser extraídas, além de definir os responsáveis por estas atividades. Acrescente-se a necessidade de definição e padronização do formato de apresentação das informações atinentes aos Relatórios de Acompanhamento Anual dos TCG's.

Além disso, considerando-se o período de vigência do Plano Diretor da Unidade (PDU): 2011-2015, que apresenta 32 indicadores (não analisados) distintos daqueles constantes nos TCG's, constatou-se a ausência do acompanhamento do Indicador: Número de projetos com inovações promovidas.



2.4 Avaliação da Gestão de Pessoas

Como resultado das análises realizadas na área de Recursos Humanos do INT e com base em estudos realizados pela UPC, conclui-se que a força de trabalho existente não atende às necessidades da instituição, que sofreu perda em seu quantitativo no decorrer do exercício e ao longo dos últimos dez anos.

Entende-se que, diante das limitações de seu quadro de pessoal, a UPC deva rever sua política de cessão de servidores a outros órgãos.

2.5 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

Considerando-se os exercícios 2013, 2014 e 2015, o TCU emitiu sete Acórdãos para o INT, sendo que somente quatro com determinações/recomendações para a UPC. Desses, apenas um exigia a manifestação da CGU: o Acórdão N° 2278/2013 - TCU - 2ª Câmara, determinou em seu item 1.7.2. "à Controladoria-Geral da União - CGU que, quando da próxima avaliação da gestão do INT e da CETENE, analise a implementação das medidas adotadas com vistas aos controles internos das entidades, especialmente aquelas apresentadas pelo dirigente do CETENE por meio do ofício n° 34/2012-CGR/NE." Além disso, foi avaliado também o Acórdão N° 2109/2008.

Avalia-se que, quanto ao Acórdão N° 2278/2013 e ao Acórdão N° 2109/2008, o gestor adotou providências suficientes para o atendimento das determinações expedidas pelo TCU, não sendo verificada nenhuma inconsistência.

2.6 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

Considerando-se os eventuais riscos para as operações da unidade auditada e/ou os beneficiários de suas ações, considera-se que o INT mantém uma rotina adequada de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU. Realizou-se uma reunião da equipe da CGU/RJ com o INT a respeito do acompanhamento das recomendações pendentes de atendimento, na qual evidenciou-se o empenho da alta cúpula do INT e o apoio desta às outras instancias organizacionais em relação à implementação de medidas de atendimento às recomendações. Ressalta-se que a recomendação atendida implica em uma melhora nos controles internos da UJ. Além disso, as análises efetuadas resultam no entendimento que as recomendações pendentes de atendimento pela UPC não impactam significativamente a gestão da unidade.



2.7 Avaliação do CGU/PAD

Com relação ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, consta no Relatório de Gestão 2015 do INT a informação de que, no que se refere aos procedimentos de sindicância, foram instaurados um processo novo, concluídos quatro de anos anteriores, dos quais três foram arquivados, um gerou a abertura de PAD e não houve ocorrência de punição. De acordo com os Relatórios extraídos do sistema CGU-PAD, confirmamos o relatado pela UPC.

O INT designou coordenador responsável pelo registro no Sistema CGU-PAD de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na unidade e administrador do Sistema CGU-PAD.

Na UPC existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar os procedimentos disciplinares e a devida utilização do Sistema CGU-PAD. A área de Recursos Humanos é responsável pela guarda, registro e organização dos processos disciplinares.

Destacamos que a Portaria INT n.º 71, de 11/11/2015, padroniza o fluxo dos procedimentos disciplinares instaurados por autoridades do INT, no âmbito da administração, determinando o tempestivo registro de informações no Sistema CGU-PAD por parte de usuário cadastrador, com a finalidade de permitir o acompanhamento dos processos pelas autoridades instauradoras do INT e pela Corregedoria-Geral da União. O teste da aplicação desta Portaria do INT evidenciou que o registro pela UPC de seus processos disciplinares no sistema CGU-PAD, está de acordo com o estabelecido na Portaria CGU n.º 1.043/2007.

2.8 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Em função dos achados apresentados de forma sucinta no item 2 – Resultados dos Trabalhos e de forma detalhada nos achados de auditoria do presente Relatório, a equipe de auditoria conclui que: as peças apresentadas estão de acordo com o esperado apesar da necessidade de correção de algumas informações; os resultados quantitativos e



qualitativos do INT estão sendo em parte atingidos, entretanto, em certos casos, devido as restrições orçamentárias sofridas pela UPC, a relação entre as finalidades das ações e os objetos dos gastos não guardam correlação com a finalidade do Programa/Ação nos quais estão sendo executadas; estas restrições afetaram a execução do Plano Diretor 2011-2015 (PDU) do INT e dos Termos de Compromisso de Gestão Anuais, assinados com o MCTI; a UPC não realizou uma análise de impacto dos sistemáticos dos cortes orçamentários e restrição de pessoal no PDU e nos TCG's; em geral, identificou-se um conflito de informações dependendo da fonte utilizada para consulta sobre os indicadores, a saber: Relatório de Gestão da UJ, Termos de Compromissos de Gestão, Relatórios de Acompanhamento Anual de cada TCG e respostas às solicitações de auditoria, fatores que prejudicaram a avaliação dos quesitos: confiabilidade e comparabilidade; a força de trabalho existente não atende às necessidades da instituição; entende-se que, diante das limitações de seu quadro de pessoal, a UPC deva rever sua política de cessão de servidores a outros órgãos; o gestor adotou providências suficientes para o atendimento das determinações expedidas pelo TCU; o INT mantém uma rotina adequada de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU; existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar os procedimentos disciplinares e a devida utilização do Sistema CGU-PAD.

As eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro/RJ.

Nome: LUIZ FERNANDO SEABRA MONTEIRO LAZARO

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio De Janeiro



1 GESTÃO OPERACIONAL

1.1 Programação dos Objetivos e Metas

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informações básicas sobre as principais ações sob a responsabilidade do INT.

Fato

Tratam-se das informações básicas das principais ações executadas pelo INT. No levantamento dessas informações foram considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além da vinculação finalística à missão da Unidade Prestadora de Contas - UPC, com extensão correspondendo ao total das despesas executadas pela UPC, conforme discriminado abaixo:

Quadro II: Programa e Ações

Programa - descrição	Ação (projeto / atividade / Operações Especiais) - descrição	Finalidade	Forma de Implementação / detalhamento	Plano Orçamentário	Re presentati vidade
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	20UN - Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT.	Desenvolvimento de pesquisas e serviços que contribuem para o aumento de competitividade da indústria nacional e promoção de inovações que impactam positivamente a sociedade brasileira. O INT tem como objetivo primordial participar do desenvolvimento sustentável da nação por meio da sua excelência em pesquisa tecnológica e transferência do conhecimento via processos e produtos.	Direta Formalização de contratos, acordos, termos de cooperação, convênios e demais instrumentos de compromisso similares com empresas de bens e serviços e entidades sem fins lucrativos, de C&T, de ensino e governamentais, observados os normativos vigentes, as políticas governamentais, as diretrizes ministeriais e o planejamento institucional.	0001 - Transferência do Conhecimento Tecnológico.	0,14%
				0002 - Promoção da Inovação na Sociedade.	0,16%
				0003 - Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação Estratégica do INT.	0,57%
2106 -	2000 -	Constituir um	Direta.	000C -	0,63%



Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Administração da Unidade	centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas	Mediante despesas que compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.	Administração da Unidade – INT.
---	--------------------------	---	--	---------------------------------

Fonte: Sistema SIOP. Observação: Para calcular a representatividade da ação de Governo em relação ao Programa de Governo a que ela está vinculada (% das Despesas Executadas do Programa), dividir o resultado da soma do valor dos campos "Despesa Liquidada" e "Restos a Pagar Inscritos 2015 Não-Processados" da ação em análise pela soma das "Despesas Liquidadas" e "Rest. a Pagar Inscritos em 2015 Não-Processados" de todas as ações vinculadas ao Programa de Governo.

1.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.2.1 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

1.2.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação dos resultados quantitativos do INT em 2015.

Fato

Inicia-se a análise pela contextualização da evolução e da situação final do orçamento do INT para o exercício de 2015.

Quadro III: Cronologia dos eventos relacionados à execução do orçamento do INT

Data	Evento	Valor
28/05/2014	Valor efetivo da LOA 2014 recebida do Órgão Superior	13.195.440



30/06/2014	Órgão Superior informa PLOA da UPC	12.553.096
28/04/2015	Órgão Superior informa LOA da UPC	12.295.439
22/05/2015	Publicação do Decreto 8.456: programação financeira: redução de 25,4% no limite de empenho do Órgão Superior, tendo como consequência a redução da capacidade de gastos da UPC	
29/05/2015	Órgão Superior informa redução de 10 % na LOA da UPC	11.065.895
20/07/2015	UPC solicita ao Órgão Superior ampliação de limite de empenho em R\$1.100.000	
30/07/2015	Órgão Superior concede ampliação de limite de empenho em R\$800.000	11.865.895
30/07/2015	Valor efetivo da provisão recebida do Órgão Superior	11.701.632

Fonte: SIAFI Operacional

Constatou-se que houve uma redução expressiva do orçamento da UPC em relação a 2014, correspondendo a 11% no INT para a realização das atividades de pesquisa previstas para o exercício. Negociações foram mantidas pelo INT durante todo o exercício junto ao MCTI na busca de aporte de recursos adicionais para o cumprimento de seus compromissos. Foram disponibilizados montantes adicionais por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED para o INT, o que permitiu uma razoável execução orçamentária dentro dos limites mínimos indispensáveis ao desempenho da UPC.

Além dos eventos descritos no Quadro anterior, a UPC cumpriu as medidas restritivas definidas nos Decretos N.º 8.540 e N.º 8.541, ambos editados em outubro de 2015, por meio de redução do desperdício de materiais nos ensaios e pesquisas; reaproveitamento do papel de impressão; diminuição do consumo de: energia elétrica, água, gás canalizado, material de limpeza/higiene/conservação, açúcar e café. Foram realizadas negociações junto aos fornecedores de serviços terceirizados e outros serviços com vistas à supressão dos quantitativos e dos valores cuja implementação foi prevista para o início do exercício de 2016.

A seguir, passa-se a analisar a execução da Ação 20UN do INT, no exercício de 2015.

No final do exercício a que se refere este relatório se encerra o ciclo de quatro anos do PPA 2012-2015.

Em 2012 foram provisionados créditos distintos para as ações temáticas: três para a UPC consolidadora, 240104, e um para sua consolidada 240137.

Em 2013 a Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, adicionou, no Manual Técnico do Orçamento - MTO, o conceito de Plano Orçamentário - PO. A partir de então, ao INT foi designado três PO'S e uma ação, cujo crédito é a soma dos créditos dos POs. A sua consolidada permaneceu com a estrutura orçamentária de 2012, 1 ação sem designação de PO. Estrutura que permaneceu válida em 2015.

Quanto às metas físicas dos três Planos Orçamentários componentes da Ação 20UN, é necessário considerar que a “Gestão Estratégica” da UJ possui conceitos e processos, descritos em seu PDU, que são distintos daqueles presentes no Plano Plurianual - PPA. Fundamentalmente a UPC existe para gerar e transferir tecnologia à Sociedade. O INT é



uma instituição multidisciplinar, portanto a “cesta” que entrega à Sociedade é formada por muitos e diferentes itens. Reduzir a multidisciplinaridade da UPC em poucos produtos (ou itens) é reduzir seu papel na estrutura organizacional do Executivo.

Um dos pontos mais controversos dessa “Gestão Estratégica” sempre foi o estabelecimento de um conceito único para definir o produto da atividade finalística da UPC. Este aspecto também é o grande obstáculo que o INT enfrenta no cadastramento das ações que antecipam o ciclo quadrienal do PPA. O ajuste ideal da metodologia do PPA ao resultado físico do INT exigiria a criação de tantos Planos Orçamentários quanto os diferentes produtos gerados.

Este cenário evidencia que a apuração dos resultados tanto da “Gestão Estratégica” quanto do PPA não contempla a gama de itens da citada “cesta”. Contudo, o melhor resultado que o INT encontrou, após muitas deliberações, foi o estabelecimento do conceito de “entregas técnicas” para o produto por ele gerado. Entrega técnica é “todo trabalho executado pelo INT, na forma de projeto de pesquisa ou serviço técnico especializado, desde que possua um demandante/cliente e seja objeto de contrato, convênio/cooperação ou proposta de trabalho”. O PPA 2012-2015 estabeleceu três produtos, um para cada PO: 1) Solução tecnológica gerada, 2) Registro de propriedade obtido e 3) Pesquisa tecnológica realizada.

Observando-se o detalhamento do histórico dos conceitos do PPA 2012-2015, verifica-se que, a partir do segundo ano de sua vigência, as metas físicas dos PO’s permaneceram inalteradas.

Especificamente, quanto ao PO 001, temos:

Quadro IV: Execução do Plano Orçamentário 0001

Ação: 20UN – Ciência, Tecnologia e Inovação no INT				
Plano Orçamentário: 0001 – Transferência do Conhecimento Tecnológico				
Dotação		Despesa		
Inicial (PL)	Final	Empenhada	Liquidado	Pago
1.313.872,00	1.313.872,00	903.076,39	903.076,39	520.028,67
Execução Física				
Descrição do produto intermediário	Unidade de Medida	Montante		
	Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
Solução Tecnológica Gerada		22	-	21

Fonte: Sistema SIOP

Um eventual problema no percentual da execução orçamentária do PO deveu-se a irregularidade do fluxo orçamentário ao longo do exercício e a uma concentração do fluxo financeiro no final do mesmo.

Devido aos problemas orçamentários a UPC foi obrigada a utilizar parte do total da dotação do PO 0001, representando o total das dotações de custeio do PO (somente a dotação de capital do PO foi utilizada nele mesmo), para suprir as deficiências da Ação 2000 – Administração da Unidade (PO 000C – INT), conforme o quadro abaixo.



Quadro V: Resumo dos valores do PO 0001 utilizados na Ação 2000

Números dos Empenhos	Objetos	Valor Empenhado	Valor Liquidado e Pago	Valor inscrito em RP
800160, 800162, 800170, 800177, 800202, 800213, 800214, 800215, 800222, 800223, 800224, 800226, 800239, 800244, 800271, 800274, 800278, 800281, 800283, 800315, 800317, 800318, 800329	Seleção e Treinamento, Material de consumo laboratorial, Contratos: Coleta, Transporte de Lixo e Entulho, Limpeza e Conservação, Serviços de Instalações Elétricas Reforma e Ampliação da Subestação e Distribuição de Energia Elétrica, Instalação e Pannel Elétrico e de Qualidade de Energia, Compra de Máquina de Café de 2 Cubas 10 litros, Compra de Termômetro TC Tipo K/T/J/S/PT 100.735-2, Compra de Aspirador Industrial de Pó e Água Hidropo 200 w.	866.380,45	512.778,67	353.601,78

Fonte: Resumo do SIAFI Operacional

De acordo com o INT, eventuais diferenças entre os valores (empenhados, liquidados e pagos) encontrados no SIOP e aqueles obtidos pelo SIAFI Operacional deve-se ao SIOP considerar os valores consignados à UPC pela LOA 2015, ou seja, os valores autorizados na LOA. Contudo nem sempre o valor autorizado é igual ao valor provisionado à UPC pelo Órgão Superior. Há que se considerar a suplementação de R\$ 800 mil na ação 2000, os contingenciamentos, cortes, reduções e limites impostos ao orçamento da LOA ao longo do exercício, de modo que o valor aprovado pela LOA no início do exercício sofreu alterações ao longo do ano. O histórico dessas alterações está demonstrado no Quadro III: Cronologia dos eventos relacionados à execução do orçamento do INT, reproduzido no início deste ponto deste Relatório.

Quanto à execução física deste PO, temos que os conceitos de produto, unidade de medida e meta física (=quantidade) da Ação Finalística 20UN foram estabelecidos, junto ao órgão superior, na elaboração do PPA 2012-2015 da UPC. As 22 soluções previstas não foram descritas, e sim estabelecidas nessa elaboração. O fator que levou ao estabelecimento da meta “22 soluções previstas” foi o esforço de aproximação da metodologia do PPA à da “Gestão da Estratégia” da UPC, já descrito anteriormente.

Quanto ao PO 002, temos:

Quadro VI: Execução do Plano Orçamentário 0002

Ação: 20UN – Ciência, Tecnologia e Inovação no INT				
Plano Orçamentário: 0002 – Promoção da Inovação na Sociedade				
Dotação		Despesa		
Inicial (PL)	Final	Empenhada	Liquidado	Pago
1.272.314,00	1.272.314,00	1.015.720,37	1.015.720,37	496.624,50
Descrição do produto intermediário	Unidade de Medida	Montante		
		Unidade	Previsto	Reprogramado
Registro de Propriedade Obtido		22	-	36

Fonte: Sistema SIOP



Um eventual problema no percentual da execução orçamentária do PO deveu-se a irregularidade do fluxo orçamentário ao longo do exercício e a uma concentração do fluxo financeiro no final do mesmo.

Do mesmo modo que no caso do PO 001, parte da dotação do PO 002, representando o total das dotações de custeio do PO, também teve que ser utilizada na Ação 2000 – Administração da Unidade (PO 000C – INT), conforme o quadro abaixo.

Quadro VII: Resumo dos valores do PO 0002 utilizados na Ação 2000

Números dos Empenhos	Objetos	Valor Empenhado	Valor Liquidado e Pago	Valor inscrito em RP
000010, 800140, 800141, 800155, 800167, 800168, 800169, 800186, 800250, 800255, 800273, 800296, 800311, 800323, 800324, 800327, 800339, 800340, 800342, 800374, 800376, 800399, 800402, 800445	Obrigações Patronais Pagamento de um Avaliador Independente do Inmetro, União Brasileira para Qualidade Taxa participação no PQRIO, Contratos de Vigilância Armada e Desarmada, de Manutenção Veículos Oficiais, de Seguros Gerais Seguro contra Roubo, Danos Gerais e Acidentes Pessoais com os Veículos do INT, de Apoio Operacional, de Limpeza e Conservação, compra de Material de Consumo e Material de Expediente, Alugel de Containers Translado, compra de Material de Consumo Livros, compra de Câmeras Fotográficas com Display Touch Screen, compra de Equipamento para Laboratório, compra de Equipamentos de Informática, Compra de Software, compra de Calculadoras de Mesa Eletrônica	582.284,96	403.649,94	178.635,02

Fonte: Resumo SIAFI Operacional

A diferença dos valores obtidos entre o SIOP e o SIAFI operacional foi explicada na análise do PO 001.

Quanto à execução da meta deste PO, esta foi superada porque a UPC também contou com aporte de recursos advindos de outras fontes.

No tange ao planejamento e orçamento dos recursos recebidos diretamente da União, o INT percorre o fluxo Constituição → Plano Plurianual (PPA) → Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) → Lei Orçamentária Anual (LOA).

Contudo os recursos não estão restritos somente a este fluxo. O INT também integra a lista das instituições governamentais responsáveis pelas políticas públicas de incentivo à inovação tecnológica. A partir da instituição do novo marco regulatório, no final dos anos 1990, constituído, principalmente, pelos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, pela “Lei de Inovação” (Lei nº 10.973/2004) e Lei de incentivos fiscais à inovação e à



exportação, conhecida como “Lei do Bem”, o INT vem aperfeiçoando e intensificando seu papel de gerar e difundir tecnologia e inovação para o setor produtivo.

A primeira via econômico-financeira constituída pelos recursos da União sustenta, na sua maioria, as atividades diretamente relacionadas à manutenção e funcionamento da infraestrutura predial, administrativa, parte de tecnologia da informação e laboratorial institucional predial, administrativa e laboratorial do INT. São serviços essenciais ao funcionamento da UPC, tais como: limpeza, conservação, vigilância, dentre outros.

A segunda via é proveniente das fontes não diretamente recebidas da União, que possibilitam a participação em chamadas públicas, editais e concorrências, cujos temas coincidem com a competência científico-tecnológica e de inovação do INT. O financiamento das parcerias, cooperações, acordos, contratos e projetos executados com o setor produtivo são, em sua quase totalidade, oriundos dessas fontes.

Portanto, na prática, o INT, opera em dois vetores econômico-financeiros: 1) recursos da União (=Provisão) e 2) Recursos do setor produtivo e das instituições de fomento governamentais (=Captação).

Quanto ao PO 003, temos:

Quadro VIII: Execução do Plano Orçamentário 0003

Ação: 20UN – Ciência, Tecnologia e Inovação no INT					
Plano Orçamentário: 0003 – Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação Estratégica do INT					
Dotação		Despesa			
Inicial (PL)	Final	Empenhada	Liquidado	Pago	
4.185.729,00	4.185.729,00	3.707.585,92,	3.707.585,92,	2.102.437,03	
Descrição do produto intermediário	Unidade de Medida	Montante			
		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa Tecnológica Realizada			65	-	68

Fonte: Sistema SIOP

Um eventual problema no percentual da execução orçamentária do PO deveu-se a irregularidade do fluxo orçamentário ao longo do exercício e a uma concentração do fluxo financeiro no final do mesmo.

Do mesmo modo que nos casos dos PO 001 e PO 002, parte da dotação do PO 003, representando o total das dotações de custeio do PO, também teve que ser utilizada na Ação 2000 – Administração da Unidade (PO 000C – INT), conforme o quadro abaixo.

Quadro IX: Resumo dos valores do PO 0003 utilizados na Ação 2000

Números dos Empenhos	Objetos	Valor Empenhado	Valor Liquidado e Pago	Valor inscrito em RP
----------------------	---------	-----------------	------------------------	----------------------



Números dos Empenhos	Objetos	Valor Empenhado	Valor Liquidado e Pago	Valor inscrito em RP
000004, 000006, 000052, 000069, 000093, 000094, 800002, 800004, 800005, 800013, 800014, 800041, 800042, 800058, 800063, 800064, 800152, 800153, 800159, 800171, 800174, 800175, 800180, 800181, 800189, 800203, 800205, 800210, 800217, 800218, 800219, 800220, 800240, 800248, 800251, 800252, 800253, 800254, 800272, 800276, 800279, 800280, 800287, 800288, 800290, 800308, 800310, 800313, 800314, 800316, 800320, 800328, 800348, 800356, 800371, 800372, 800373, 800375, 800377, 800378, 800379, 800380, 800396, 800400, 800401, 800407, 800420, 800421, 800422, 800423, 800424, 800425, 800426, 800427, 800428, 800436, 800437, 800438, 800441, 800442, 800451, 800457	Pagamento de Diárias Nacionais a Servidores e a Colaboradores. Pagamento de Passagens Nacionais. Ressarcimento despesas com hospedagem e alimentação. Pagamento de Obrigações Patronais ao Avaliador Líder do Inmetro. Pagamento de despesas contratuais de Exercícios Anteriores. Despesas de Importação, Armazenagem e Desembarço alfandegário. Taxa de Agenciamento de Viagens. Material de Consumo Geral e para Laboratório. Compra de Software. Contratos de Manutenção Predial, de Apoio Operacional, de Manutenção Preventiva e Corretiva de Elevadores de Carga e Social, de Manutenção de Equipamentos de Combate a Incêndio, de Suporte Técnico e Prestação de Serviços de Informática, de Serviços de Publicidade Legal, de Manutenção Preventiva e Corretiva do Relógio de Ponto, de Coleta e Transporte de Resíduos Químicos, de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Estabilizadores e Nobreaks, de Energia Elétrica (Light), de Manutenção da Subestação. Compra de Bombas Centrífugas. Equipamentos de Informática. Reforma da Nova Entrada de Energia Elétrica. Elaboração do Portal do INT. Compra de agendas. Anuidade Associação Brasileira de Metalurgia - ABM	3.579.635,74	2.026.472,93	1.553.162,81

Fonte: Resumo SIAFI Operacional

A diferença dos valores obtidos entre o SIOP e o SIAFI operacional foi explicada na análise do PO 001.

Quanto à execução da meta física do PO 003, esta foi superada porque a UPC também contou com aporte de recursos advindos de outras fontes, conforme explicado no texto do PO 002.

Quanto ao PO 00C (Ação 2000), temos:



Quadro X: Execução do Plano Orçamentário 000C

Ação: 2000 – Administração da Unidade				
Plano Orçamentário: 000C – Administração da Unidade - INT				
Dotação		Despesa		
Inicial (PL)	Final	Empenhada	Liquidado	Pago
5.781.181,00	5.784.252,00	5.752.882,89	5.752.882,89	5.137.951,34
Descrição do produto intermediário		Unidade de Medida	Montante	
Não se aplica		Não se aplica	Previsto	Reprogramado
			-	-
				-

Fonte: Sistema SIOP

O PO não possui meta física.

Quadro XI: Orçamento do PO 000C: Administração da Unidade – INT da Ação 2000: Administração da Unidade, em 2015.

Provisão		Empenhado		Liquidado		Pago	
Custeio	Capital	Custeio	Capital	Custeio	Capital	Custeio	Capital
5.562.701,00	117.734,00	5.488.746,60	116.572,56	4.971.135,63	19.251,98	4.971.135,63	19.251,98
5.680.435,00		5.605.319,16		4.990.387,61		4.990.387,61	

Fonte: SIAFI Operacional

A diferença dos valores obtidos entre o SIOP e o SIAFI operacional foi explicada na análise do PO 001.

As despesas prementes e indispensáveis com a gestão administrativa se interpuseram à previsão de gastos com atividades-fim. A análise do INT sobre a execução do orçamento de 2015 aponta para a concentração de recursos que financiam estritamente, de forma inadequada e insuficiente, as atividades de infraestrutura de funcionamento da UPC, prejudicando a execução das suas atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e prestação de serviços tecnológicos em resposta às demandas externas.

De outra forma, por exemplo, os vários laboratórios da UPC, na sua maioria, funcionando sob rígidas normas e procedimentos atrelados à gestão da qualidade, poderiam interromper análises ou projetos, se, inesperadamente, enfrentassem constantes interrupções de energia elétrica ou fornecimento de água potável

A análise crítica da execução do orçamento do exercício indica a necessidade de aumento da dotação orçamentaria não só da ação temática como também da ação finalística, que vem decrescendo nos últimos quatro anos, agravando, a cada dia, a situação da instituição.

Fundamentalmente, a ação temática constitui a principal razão da existência do INT.

Foi necessária, portanto, a utilização dos orçamentos destinados aos PO's da Ação 20UN na complementação dos gastos da Ação 20UN (PO 000C – INT) porque as despesas de custeios com contratos continuados e não continuados de manutenção da



infraestrutura predial e laboratorial da UPC em 2015 foi de R\$ 8.262.875,99. Como se pode ver, de acordo com a informação exibida no quadro acima, a dotação da Ação 2000 foi insuficiente para que a UPC pudesse cumprir suas obrigações mínimas para manter seu funcionamento.

Na execução do orçamento da Ação 2000 (PO 000C – INT) também houve a necessidade eventual de sua utilização para executar gastos dos Planos Orçamentários 0001, 0002 e 0003 da Ação 20UN (finalística). Esta necessidade deveu-se a irregularidade do fluxo orçamentário ao longo do exercício de 2015.

Quadro XII: Detalhamento dos valores da Ação 2000 utilizados nos Planos Orçamentários 0001, 0002 e 0003.

Número do Empenho	Objeto	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor inscrito em RP
800018	Contrato Remanejamento e Realocação do Acervo do INT	27.000,00	27.000,00	27.000,00	0,00
800052	Locação e Translado de Container	5.900,00	5.900,00	5.900,00	0,00
800166	Software Target Engenharia e Consultoria Ltda. Sistema Eletrônico de Normas	7.940,00	7.940,00	7.940,00	0,00
800289	Sensor para Medição de PAR	7.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00
800343	Sensor para Medição de PAR	100,00	100,00	100,00	0,00
800392	Equipamento de Laboratório	698,00	698,00	698,00	0,00
800435	Material de Consumo Material de Laboratório Gases	18.055,47	0,00	0,00	18.055,47
Total		66.693,47	48.638,00	48.638,00	18.055,47

Fonte: SIAFI Operacional

Em continuação da análise da execução orçamentária do INT em 2015, apresentamos os Valores liberados para a Unidade Prestadora de Contas ao longo do exercício de 2015.

Quadro XIII: Fluxo Orçamentário da Ação 20UN ao longo de 2015

Valores em R\$

Programa 2021: Ciência, Tecnologia e Inovação						
Ação 20UN: Ciência, Tecnologia e Inovação no INT						
Plano Orçamentário	PO 0001: Transferência do Conhecimento Tecnológico		PO 0002: Promoção da Inovação na Sociedade		PO 0003: Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação Estratégica do INT	
	Fluxo Orçamentário		Fluxo Orçamentário		Fluxo Orçamentário	
Mês	Previsto	Real	Previsto	Real	Previsto	Real
Janeiro	-	28.380,00	-	37.732,00	-	168.273,00
Fevereiro	-	56.804,00	-	75.520,00	-	336.805,00
Março	-	42.592	-	56.626,00	-	252.539,00
Abril	-	419.663,17	-	360.252,00	-	986.705,08
Mai	-	635.045,83	-	665.709,00	-	1.975.352,92
Junho	-	-	-	-	-	-4.672,73
Julho	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-	-	-
Setembro	-	-	-	-	-	-
Outubro	-	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-278.833,81	-	-	-	-
Total	1.313.872,00	903.651,19	1.272.314,00	1.195.839,00	4.185.729,00	3.711.727,27

Fonte: Resposta da SA201601325/002



Os valores do fluxo orçamentário, listados no quadro acima, correspondem ao estabelecido na LOA do INT.

Como se pode observar o fluxo orçamentário aconteceu basicamente nos cinco primeiros meses do ano de 2015, não havendo liberação nos sete meses restantes.

Quanto às liberações financeiras, estas obedecem ao cronograma definido no início do exercício pelo MCTI, vinculadas à fonte de recurso 100 e são desvinculadas dos Planos Orçamentários.

Quadro XIV: Fluxo Financeiro no INT em 2015

Mês	Fluxo Financeiro	
	Previsto	Real
Janeiro	1.000.000,00	882.356,46
Fevereiro	1.000.000,00	1.247.583,17
Março	1.000.000,00	1.240.986,98
Abril	1.000.000,00	1.211.960,00
Mai	1.000.000,00	1.213.142,64
Junho	1.000.000,00	1.211.960,00
Julho	1.000.000,00	1.211.960,00
Agosto	1.000.000,00	682.260,00
Setembro	1.000.000,00	4.895,12
Outubro	1.000.000,00	400.000,00
Novembro	1.000.000,00	1.081.263,68
Dezembro	2.000.000,00	2.514.696,34
Total	13.000.000,00	12.903.154,39

Fonte: SIAFI Operacional

Os valores, tanto da previsão quanto do recebimento financeiro, englobam recursos para pagamento dos compromissos assumidos no exercício, bem com recursos para pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

Quanto ao fluxo financeiro, este foi regular quase o ano inteiro, com exceção de dezembro, quando foi o dobro do usual, e dos meses de agosto, setembro e outubro, nos quais foi inferior ao padrão.

Evidenciou-se como fator interveniente que prejudicou o desenvolvimento das ações do INT, que, embora não fosse impeditivo da consecução dos processos da Instituição, reduziu bastante o nível de alcance de resultados esperados, a redução expressiva do orçamento da UPC em relação a 2014, correspondendo a 11% para a realização das atividades de pesquisa previstas para o exercício; e negociações foram mantidas durante todo o exercício junto ao MCTI na busca de aporte de recursos adicionais para o cumprimento dos compromissos do INT. Foram disponibilizados montantes adicionais por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, o que permitiu razoável execução orçamentária dentro dos limites mínimos indispensáveis ao desempenho.

A seguir, demonstram-se os montantes adicionais transferidos diretamente pelo MCTI para o INT, por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, que foram utilizados tanto em despesas de custeio como de capital, durante o exercício de 2015.

Quadro XV: Valores dos TED's disponibilizados ao INT em 2015

Termos de Execução	Provisão	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a
--------------------	----------	-----------	-----------	------	----------



Descentralizada TED/Programa de Trabalho PT/Denominação do PT/Programa de Trabalho Resumido PTRES					Pagar
19.122.2106.2000.0001 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação PTRES: 090620	20.967,26	20.612,00	15.774,00	15.774,00	4.838,00
19.571.2021.20V7.0001 Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI PTRES: 090540	580.000,00	580.000,00	580.000,00	580.000,00	-
19.571.2021.20V7.0001 Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI PTRES: 090540	29.290,00	15.840,00	-	-	15.840,00
19.571.2021.20V7.0001 Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa e Inovação nos Institutos de Pesquisa do MCTI PTRES: 090540	363.580,00	357.177,20	117.450,00	117.450,00	239.727,20
21.606.2012.210V.0001 Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar PTRES: 092995	138.971,00	53.810,39	6.238,79	6.238,79	47.571,60
21.606.2012.210V.0001 Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar PTRES: 093030	4.200,00	4.100,00	4.100,00	4.100,00	-
19.573.2021.6702.0001 Difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos das unidades de pesquisa PTRES: 090608	30.000,00	30.000,00	28.770,00	28.770,00	1.230,00
Total	1.167.008,26	1.061.539,59	752.332,79	752.332,79	309.206,80

Fonte SIAFI Operacional

Baseando-se no quadro anterior, verifica-se que o INT empenhou R\$ 1.061.539,59, recebidos por meio de TED's, além do estabelecido no orçamento oficial.

Quadro XVI: Cronologia do recebimento dos TEDs pela UPC

Programa de Trabalho	Unidade Gestora Emitente	Mês da emissão	Valor emitido
-----------------------------	---------------------------------	-----------------------	----------------------



Resumido PTRES			
090540	240133	julho	107.000,00
090620	240133	agosto	20.967,26
090540	240133	agosto	580.000,00
092995	490002	setembro	138.971,00
093030	490002	setembro	4.200,00
090540	240133	outubro	29.290,00
090608	240133	novembro	30.000,00
090540	240133	dezembro	256.589,00
Total de TEDs recebidos pela UPC			1.167.017,26

Fonte: SIAFI Operacional

Com base nas informações do quadro anterior, conclui-se que o fluxo dos recursos dos TED's foi irregular durante o correr do exercício, com um pico de recursos no mês de agosto.

Quadro XVII: Restos a Pagar do Exercício

Programa / Ação	Plano Orçamentário	Restos a pagar do exercício	
		Processados	Não Processados
Programa: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação. Ação: 20UN - Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT	PO: 0001 - Transferência do Conhecimento Tecnológico	-	383.048
	PO: 0002 - Promoção da Inovação na Sociedade	15.628	503.468
	PO: 0003 - Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação Estratégica do INT	197.978	1.407.171
Programa: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência. Ação: 2000 - Administração da Unidade.	PO: 000C - Administração da Unidade - INT	-	614.932
TOTAL		213.606	2.908.619

Fonte: Sistema SIOP

Com base nas informações acima, verifica-se que ficou um valor de R\$ 2.908.619,00 que somente vai ser executado no exercício de 2016 e que, a maior parte deste valor (48,4%) é referente à execução do PO 003.

Além dos resultados acima descritos, registram-se, ainda, os resultados iniciais que o INT vem obtendo na área da inovação, com a geração de receitas próprias, por meio dos royalties das patentes geradas. Ressalta-se que processo de inovação está em seu início e, se constitui num procedimento de longo prazo, onde o potencial de geração de receita própria, a partir de seu núcleo próprio de Inovação, estruturado nos seguintes eixos de atuação: Propriedade Intelectual, Cooperação Tecnológica e Transferência de Tecnologia, poderá ser melhor explorado, dependendo da consolidação de sua estrutura, tanto no nível do próprio INT, quanto no nível do Arranjo do Núcleo de Inovação Tecnológica do Rio de Janeiro - NIT-Rio, do qual o INT faz parte.



Quanto à existência de dois NIT's (o próprio do INT e o do Arranjo do NIT-Rio), a UPC esclareceu que não há duplicidade de atividades, uma vez que o Arranjo do NIT-Rio dá suporte ao INT em atividades pontuais em relação à prospecção mercadológica e ao ranqueamento de tecnologia para o mercado, enquanto que, toda a gestão de contratos de licenciamento, acordos de cooperação e procedimentos relativos à proteção da propriedade intelectual permanecem na competência do INT. Estas atividades são executadas, desde a criação de seu NIT próprio, que é anterior à estrutura descrita na Lei de Inovação e à criação do Arranjo NIT-Rio. Os valores estão destacados no quadro abaixo.

Quadro XVIII: Valores e a lista de Propriedades Intelectuais (PI's) que geraram receita para o INT (últimos cinco anos):

Patente	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)
PI9903233-3	-	-	4.206,56	25.175,26	136.195,14
PI0205481-7	8.093,82	8.628,42	9.082,20	9.695,88	10.277,88
Programa de Computador					
46213	5.027,40	6.890,77	7.458,19	7.328,75	7.200,11
TOTAL	13.121,22	15.519,19	20.746,95	42.199,89	153.673,13

Fonte: Resposta da SA201601325/003

Em princípio, observa-se o crescimento das receitas próprias do INT ao longo dos últimos cinco anos. Porém, é necessária uma série histórica com maior amplitude para que se possa fazer uma análise mais consistente. Considerando-se as restrições orçamentárias recentes que o INT vem sofrendo, este pode ser um caminho para reduzir os impactos dos frequentes contingenciamentos orçamentários que a UPC vem sendo alvo.

Evidenciou-se que os pagamentos feitos ao INT, a título de royalties de patentes geradas, dividem-se em dois tipos: o pagamento a pessoa jurídica (INT), por meio de Guia de Recolhimento Única - GRU, e à pessoa física (servidor do INT responsável pela elaboração da pesquisa que gerou a patente), por meio da inclusão de rubrica específica na folha de pagamento. Os cálculos dos valores são baseados em informações disponibilizadas pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do INT à Divisão de Gestão de Pessoas - DIGP e ao Setor de Serviços Técnicos Especializados - SSTE da UPC.

1.2.1.2 INFORMAÇÃO



Avaliação dos resultados quantitativos do INT, especificamente quanto ao seu Plano Diretor 2011-2015 (PDU).

Fato

Baseando-se nas informações prestadas pelo INT, conclui-se que os cortes orçamentários e corte de pessoal são questões que afetam a UPC há alguns anos e de forma disseminada, ou seja, afetam todas as áreas de atuação e em todos os níveis, indiscriminadamente. Contudo, sua Direção, fazendo uso de suas prerrogativas, sempre definiu que as atividades finalísticas do Instituto devem ser preservadas, sendo estas as últimas a serem afetadas por tais cortes.

O Plano Diretor da Unidade (PDU) vigente entre 2011 e 2015, apresentou 19 Objetivos Estratégicos, divididos em quatro perspectivas: Sociedade, Clientes, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, contendo sete temas: Ampliação da Visibilidade Institucional, Crescimento, Excelência em Gestão, Atuação em redes, Ambiente, Pessoas e Infraestrutura. Continha 32 indicadores, 24 iniciativas e dois Projetos Estruturantes: Gestão da Estratégia e Inovação.

As ações de monitoramento, consolidadas nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), conforme preconizado pelo Modelo de Gestão da Estratégia, implementado no INT, apresentam dados que podem descrever os impactos dos cortes orçamentários e redução de pessoal nos Planos de Ação do Plano Estratégico e como estes fatos influenciaram o desempenho dos indicadores dos objetivos estratégicos e o atingimento dos próprios objetivos.

Considerando a avaliação efetuada pela Direção em 2015 acerca dos avanços alcançados nos Temas Estratégicos do Mapa do INT, e utilizando o critério de realização de iniciativas estratégicas, verifica-se que nas Perspectivas “Aprendizado e Crescimento” e “Processos Internos” analisadas, os Temas Ambiente, Excelência em Gestão e Ampliação da Visibilidade Institucional foram os que reportaram menos avanços.

Na implantação da metodologia de Gestão da Estratégia, em 2011, o INT realizou uma priorização de Objetivos Estratégicos. Nos anos seguintes, e com o amadurecimento do aprendizado da metodologia optou-se por priorizar as Iniciativas Estratégicas, principalmente porque a Iniciativa é o principal objeto para o atendimento e alcance da Estratégia. Em outras palavras, para atender aos Objetivos, alcançar as metas estabelecidas para os Indicadores e cumprir a Missão e a Visão do Mapa Estratégico são executadas Iniciativas, que constituem projetos ou intervenções cuja finalidade é alterar um estado atual em direção a um estado desejado. Adicionalmente, deve-se considerar que uma iniciativa pode ter impactos em mais de um objetivo estratégico.

A metodologia de priorização de Iniciativas foi objeto de aprimoramento ao longo dos anos e atualmente está em processo de mudança. Já foram utilizados os critérios de disponibilidade de recursos para execução do plano de ação da Iniciativa, em seguida prazo de execução, finalmente, em 2014, foi utilizada a pontuação na matriz GUT. O levantamento e identificação de novas Iniciativas, a cada ano, ocorrem nas Reuniões Anuais de Avaliação de Resultados - RAAR- O acompanhamento da execução das iniciativas, até o momento, se dá pelo critério de atendimento do prazo.



O INT não realiza uma priorização específica quanto aos seus macroprocessos finalísticos, porém na construção do Mapa de Relacionamento, os Macroprocessos “Concepção para a Inovação” (que engloba os processos de prospecção e P&D tecnológicos), “Negociação” (que alinha os processos de captação, gestão da demanda, formação de preços, relacionamento com o cliente e o marketing institucional) e “Execução” (apoiada pelos processos de gerenciamento, realização e gestão laboratorial) foram identificados como sendo aqueles que melhor representam a atuação da UPC.

1.2.1.3 CONSTATAÇÃO

Ausência de análise de impacto dos cortes orçamentários e da redução de pessoal no cumprimento dos objetivos que compõem o Plano Diretor do INT e na execução dos Termos de Compromisso de Gestão Anuais assinados com o MCTI.

Fato

Verificou-se quanto ao PDU vigente entre 2011 e 2015, que o INT não realizou nenhuma análise de impacto quanto os objetos que o compunham: Perspectivas, Temas, Objetivos Estratégicos, Iniciativas e Indicadores. Tampouco, estabeleceu as relações de causalidade do ponto de vista de sua estratégia, definida em seu Mapa Corporativo.

Além disso, constatou-se que, no caso dos TCG's, também não foi realizada uma análise de impacto da cada indicador a fim de apurar os efeitos sistemáticos dos cortes orçamentários e restrição de pessoal. O monitoramento dos indicadores para o TCG, junto a SCUP/MCTI se realiza, desde 2013, apenas por meio eletrônico, com o envio dos relatórios.

Diante da situação descrita acima, solicitamos, por meio da SA201601325/002, que o INT se manifestasse sobre os eventuais impactos em suas atividades. Reproduzimos a resposta a seguir:

“Os cortes orçamentários, aliados às oscilações para menos de pessoal, tanto em quantidade quanto em capacitação, impactaram negativamente o INT. Os controles do uso dos recursos públicos, cada vez mais rigorosos e estritos, impactam a gestão. Por sua vez os cortes induzem que os pesquisadores busquem fontes alternativas de financiamento para suas linhas de pesquisa e de pessoal para suas equipes, com o que sobrecarregaram os sistemas e os gestores, desenhados e capacitados no atendimento e tratamento de recursos Tesouro e à carreira de servidores. Adicionalmente, esses recursos alternativos são regidos por um arcabouço legal distinto do público, o que sobrecarrega mais ainda os sistemas e pessoal da dedicado à gestão. Na realidade, atualmente, mesmo o pessoal das áreas técnicas dedica parte de seu tempo à atividade de gestão, direta ou indiretamente.”



Esta CGU entende que a justificativa apresentada não é suficiente, pois o arcabouço jurídico ao qual o INT é submetido não se altera a cada exercício, de modo que a complexidade dos controles impostos pela legislação não pode ser utilizado como justificativa de impacto na gestão.

Entende-se ainda que a ausência destas análises prejudica a evolução dos controles internos da UPC.

Causa

Falhas nos controles internos do INT implicando na ausência de avaliações de impactos nos atingimentos dos objetos do PDU da UPC e na performance dos indicadores contidos nos TCG's assinados com o MCTI.

Manifestação da Unidade Examinada

Análise do Controle Interno

Recomendações:

Recomendação 1: Que o INT passe a efetuar uma análise periódica dos impactos dos cortes orçamentários e de pessoal quanto ao cumprimento dos objetos que compõem seu Plano Diretor: Perspectivas, Temas, Objetivos Estratégicos, Iniciativas e Indicadores.

Recomendação 2: Que o INT efetue periodicamente, em seus Termos de Compromisso de Gestão anuais assinados com o MCTI, uma análise de impacto no comportamento de cada indicador a fim de apurar os efeitos sistemáticos dos cortes orçamentários e restrição de pessoal.

1.2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

1.2.2.1 INFORMAÇÃO

Verificar a adequação do rol de responsáveis elaborado pela UPC aos dispositivos legais e com as orientações da IN TCU 147-2015 Art. 6º §7º.

Fato



Analisando-se as informações disponibilizadas pela UPC no sistema E_Contas, verifica-se que estão presentes o dirigente máximo da unidade jurisdicionada e os membros de diretoria ou ocupantes de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo, com base na estrutura de cargos aprovada para a unidade jurisdicionada.

Constatou-se que constam do Rol todos os titulares e substitutos com natureza de responsabilidade estabelecida nos normativos. Além disso, todas as informações do e-Contas quanto ao Rol foram apresentadas de acordo com as orientações.

Desta forma, concluiu-se que as informações apresentadas pelo INT quanto ao Rol de Responsáveis estão adequadas.

1.2.3 RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

1.2.3.1 INFORMAÇÃO

Avaliação de oito dos dezesseis indicadores que fazem parte do Termo de Compromisso de Gestão 2015 - TCG 2015, assinado entre o INT e o MCTI, representando 50% do total.

Fato

Selecionaram-se para análise e avaliação os indicadores IGPUB, PPACI, IPIn, IPIET, APD, IEO, ICT e PIS, cujas descrições encontram-se no quadro abaixo:

Quadro XIX: Detalhes dos Indicadores do TCG 2015 selecionados para avaliação

Área de Gestão	Tipo	Indicador	Fórmula
Físicos e Operacionais	Eficácia e Efetividade	IGPUB – Índice Geral de Publicações	<p>IGPUB = NGPB / TNSE</p> <p>Unidade: N° de publicações por técnico, com duas casas decimais.</p> <p>NGPB = (N° de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (N° de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (N° de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (N° de capítulo de livros), no ano.</p> <p>TNSE = Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.</p>
	Eficácia e Efetividade	PPACI – Programas, Projetos e Ações	<p>PPACI = NPPACI</p> <p>Unidade: N°, sem casa decimal</p>



		de Cooperação Internacional	NPPACI = N° de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência a país.
	Eficiência, Efetividade e Eficácia.	IPIn – Índice de Propriedade Intelectual	IPIn = NP / TNSE Unidade: N° de pedidos de patente por técnico, com duas casas decimais. NP = (N° de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior) + (N° de patentes concedidas no país e no exterior), no ano. TNSE = Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
	Eficiência, Efetividade e Eficácia.	IPIET - Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas.	IPIET = Número de entregas (projetos de P&D e serviços técnicos especializados) que induzem pelo menos seis impactos para a inovação NTE / Número de ‘entregas técnicas concluídas’ com qualquer impacto (ou nenhum impacto) para inovação x 100 Unidade: % sem casa decimal.
Administrativos e Financeiros	Eficiência e Economicidade de	APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	APD = [1 - (DM / OCC)] * 100 Unidade: %, sem casa decimal. DM = Σ das Despesas com Manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano. OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas.
	Eficiência e Economicidade de	IEO – Índice de Execução Orçamentária	IEO = VOE / OCCe * 100 Unidade: %, sem casa decimal. VOE = Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados. OCCe = Limite de Empenho Autorizado.
Recursos Humanos	Eficiência e Economicidade de	ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	ICT = ACT / OCC * 100 Unidade: %, sem casa decimal. ACT = Recursos financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento no ano. OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150.
Inclusão Social	Eficácia e Efetividade	PIS – Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social	PIS = N° de Projetos e Programas desenvolvidos pela Instituição na área de Inclusão Social. Unidade: N°

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT.



Após as informações iniciais, analisar-se-á cada um dos indicadores separadamente e de modo mais detalhado.

Quanto ao indicador IGPUB, temos:

Quadro XX: Série Histórica do Indicador IGPUB

Indicador		Série Histórica							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
01. IGPUB – Índice Geral de Publicações	Meta	-	-	-	0,50	0,55	0,65	0,70	0,70
	Resultado atingido	0,83	0,69	0,61	0,54	1,38	1,06	0,65	0,64

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT.

Analisando-se o quadro acima uma tendência de queda do indicador a partir do exercício de 2012.

Quadro XXI: Detalhamento dos componentes do Indicador IGPUB em 2014 e 2015

Fórmula IGPUB = NGPB / TNSE	2014		2015	
	Previsto (anual)	Executado	Previsto (anual)	Executado
NGPUB - Nº de publicações	160	128	160	129
TNSE - Técnicos de nível superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas.	228	198	228	203

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos TCG's 2014 e 2015.

Analisando-se os Relatórios de Acompanhamento dos TCG's 2011 a 2015, observa-se que:

- A lista das publicações (NGPUB) está presente somente a partir do Relatório de Acompanhamento do TCG relativo ao exercício 2013.
- A lista dos servidores que compõem o TNSE está presente nos Relatórios de Acompanhamento do TCG relativos aos exercícios de 2011 a 2015

Em 2014, o valor do NGPUB foi representado pelo somatório dos Artigos Indexados (53), Artigos Não-Indexados (5), Artigos Completos Publicados em Anais de Congressos Nacionais (27) e internacionais (23), Livros e Capítulos de Livros (12), Resumos Expandidos Publicados em Anais de Congressos (8), totalizando 128.



Em 2014, de acordo com Relatório Anual de Acompanhamento do TCG, TNSE foi composto por 86 Técnicos de Nível Superior, dedicados à atividade finalística (Servidores) + 112 Técnicos de Nível Superior, dedicados à atividade finalística (bolsistas e contratados), totalizando 198.

Em 2015, mesmo não havendo alteração em sua fórmula, o valor NGPUB foi apresentado no Relatório de Acompanhamento anual do TCG, em formato diferente daquele de 2014, dificultando a verificação e a contagem de seu valor.

Em 2015, de acordo com Relatório Anual de Acompanhamento do TCG, TNSE foi composto por 72 Técnicos de Nível Superior, dedicados à atividade finalística (Servidores) + 131 Técnicos de Nível Superior, dedicados à atividade finalística (bolsistas e contratados), totalizando 203.

Conclui-se que a acessibilidade e a confiabilidade do indicador ficam prejudicadas. Os demais quesitos estão atendidos.

Quadro XXII: Avaliação do Indicador 01. IGPUB – Índice Geral de Publicações

Compleitude	Utilidade	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM

Fonte: Análise CGU.

Quanto ao indicador PPACI, temos:

Quadro XXIII: Série Histórica do Indicador PPACI

Indicador		Série Histórica							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
02. PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	Meta	-	-	-	12	15	15	15	15
	Resultado atingido	13	15	16	17	15	18	15	23

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT.

Analisando-se o quadro acima, verifica-se que o indicador apresenta um comportamento flutuante nos últimos quatro anos (2012 a 2015).

Quadro XXIV: Detalhamento dos componentes do Indicador PPACI 2014 e 2015

Fórmula PPACI = NPPACI	2014		2015	
	Previsto (anual)	Executado	Previsto (anual)	Executado
NPPACI = Nº de Programas, Projetos e Ações	15	29	15	23



desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência a país.				
--	--	--	--	--

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos TCG's 2014 e 2015.

A lista de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano consta dos Relatórios de Acompanhamento do TCG entre 2011 e 2015.

Diante do resultado do indicador, acima do previsto, conclui-se que as restrições orçamentárias de viagens (nacionais e internacionais, considerando as diárias e as passagens) não tiveram impacto em seu desempenho.

Avalia-se que todos os quesitos deste indicador estão atendidos.

Quadro XXV: Avaliação do Indicador 02. PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional

Completude	Utilidade	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Análise CGU.

Quanto ao indicador IPIn, temos:

Quadro XXVI: Série Histórica do Indicador IPIn

Indicador		Série Histórica							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
04. IPIn – Índice de Propriedade Intelectual	Meta	-	-	-	0,15	0,4	0,04	0,04	0,04
	Resultado atingido	0,55	0,4	0,31	0,44	2,54	0,20	0,10	0,05

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT.

Analisando-se a série histórica do indicador, verifica-se a dificuldade de se estabelecer uma meta para o indicador, pois ato de se estimar o quantitativo a ser gerado de patentes anualmente é complexo. Apesar disto, constata-se uma queda no resultado do indicador ao longo dos últimos quatro exercícios (2012 a 2015).



Verificou-se que o indicador IPIn está relacionado às atividades da Divisão de Inovação Tecnológica - DINT. Além disso, o referido indicador está diretamente ligado às atividades I, II e III e as demais atividades descritas, extraídas do Regimento Interno do INT e reproduzidas abaixo, estão relacionadas indiretamente com o indicador.

- “I - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa de modo a identificar as possibilidades de proteção e comercialização;
 II - auxiliar as áreas técnicas na elaboração do relatório de pedido de patente no Brasil e no exterior, e na busca de anterioridade impeditivas à concessão da patente;
 III - promover a proteção de direitos autorais de trabalhos técnicos e de programas computacionais;
 IV - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
 V - prestar assessoramento e consultoria no âmbito de sua competência a órgãos públicos e entidades privadas, que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral;
 VI - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico obtidos, através de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios;
 VII - acompanhar a legislação sobre Propriedade Intelectual, bem como tomar as providências cabíveis para a aplicação das normas vigentes na instituição; e
 VIII - atuar em outras atividades que lhe forem delegadas, pertinentes à sua área de competência.”*

Quadro XXVII: Detalhamento dos componentes do Indicador IPIn 2014 e 2015

Fórmula IPIn = NP / TNSE	2014		2015	
	Previsto (anual)	Executado	Previsto (anual)	Executado
NP - Nº de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade etc.	9	20	9	10
TNSE - Técnicos de nível superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas	228	198	228	203

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos TCG's 2014 e 2015.

Observamos que o NP somente passou a ser detalhado no Relatório de Acompanhamento do TCG de 2013. Em 2014 e 2015, estão listadas as 20 e 10 patentes, respectivamente.

Em 2014, de acordo com Relatório Anual de Acompanhamento do TCG, TNSE foi composto por 86 Técnicos de Nível Superior, dedicados à atividade finalística (Servidores) + 112 Técnicos de Nível Superior, dedicados à atividade finalística (bolsistas e contratados), totalizando 198.

Em 2015, de acordo com Relatório Anual de Acompanhamento do TCG, TNSE foi composto por 72 Técnicos de Nível Superior, dedicados à atividade finalística (Servidores) + 131 Técnicos de Nível Superior, dedicados à atividade finalística (bolsistas e contratados), totalizando 203.



Conclui-se que os quesitos do indicador estão sendo atendidos.

Quadro XXVIII: Avaliação do Indicador 04. IPIn – Índice de Propriedade Intelectual

Completude	Utilidade	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Análise CGU.

Quanto ao indicador IPIET, temos:

Quadro XXIX: Série Histórica do Indicador IPIET

Indicador		Série Histórica							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
05. IPIET - Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas. Antigo IIA - Índice de impacto da atuação do INT.	Meta	-	-	-	-	-	-	-	70
	Resultado atingido	-	-	-	-	-	-	-	62

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT. Consideraremos uma nova série histórica após o novo nome do indicador.

O indicador foi criado em 2012, com a seguinte fórmula e nome:

$IIA = (NE2i / NTE) * 100$, onde:

NE2i = Número de entregas com, no mínimo, dois impactos para a inovação; e

NTE = Número total de entregas.

Em 2014, a fórmula foi alterada, passando a ser:

$IIA = (NE2i / NTE) * 100$, onde:

NE2i = Número de entregas com até três impactos para a inovação; e

NTE = Número total de entregas.

Em 2015, a fórmula foi alterada novamente, juntamente com o seu nome, passando a ser:

$IPIET = (NETC6i / NTE) * 100$, onde:



NETC6i = Número de entregas (projetos de P&D e serviços técnicos especializados) que induzem pelo menos seis impactos para a inovação; e

NTE = Número total de entregas.

Observação: Os impactos prováveis das novas ideias bem sucedidas são inspirados na PINTEC/IBGE, como pode ser visto no Quadro XXX, e podem ser agrupados em quatro grupos: impactos prováveis no produto, impactos prováveis no processo de produção, impactos prováveis no mercado e impactos prováveis gerais.

Quadro XXX: Impactos prováveis das entregas técnicas

Impactos prováveis no produto	É provável promover	A ampliação da gama de bens ou serviços ofertados
		A melhora da qualidade dos bens ou serviços
Impactos prováveis no Processo de Produção	É provável promover a redução	No consumo de água
		No consumo de energia
		De matérias primas
		Dos custos de trabalho
	É provável promover o aumento	Dos custos de produção ou dos serviços prestados
		Na flexibilidade da produção ou da prestação de serviços
Impactos prováveis no Mercado	É provável promover	Na capacidade de produção ou de prestação de serviços
		A abertura de novos mercados
		A ampliação da participação da empresa no mercado
Impactos prováveis gerais		A manutenção da participação da empresa no mercado
		No enquadramento em regulamentações e normas-padrão
		No controle de aspectos ligados à saúde e à segurança
		Na redução do impacto sobre o ambiente

Fonte: Divisão de Estratégia Tecnológica (DIES) do Instituto Nacional de Tecnologia (INT).

A partir do Quadro acima, cada pesquisador responsável pela ‘entrega técnica’ seleciona quais os prováveis impactos ele espera que a ‘entrega técnica’ (quando concluída) tenha ao ser explorada com sucesso pela empresa demandante, ou seja, quais os prováveis impactos que os possíveis novos produtos (ou substancialmente aprimorados) e os possíveis novos processos (ou substancialmente aprimorados) terão para a empresa demandante. Indiretamente, se essas novas ideias produzidas pelos pesquisadores do INT forem exploradas de forma bem sucedida, haverá impactos típicos daqueles gerados por inovações.

As alterações introduzidas no indicador foram assim justificadas pelo INT:

“Acatando a sugestão do auditor (Ofício n. 25948/2014/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR), em 2015, foi alterado o “Índice de impacto da atuação do INT”.

Conforme foi indicado no referido documento, o ‘Índice de impacto da atuação do INT’ era calculado utilizando “a lista de impactos do IBGE das inovações apontadas pelas empresas”. Levava-se em conta, as ‘entregas’ do portfólio em execução (estoque) com duração superior a um ano, as novas (fluxo) e as concluídas.

Havia um entendimento de que as ‘entregas’ ainda durante sua execução poderiam gerar resultados para as empresas. Portanto, essa forma de cálculo foi extensivamente revista, na tentativa de aferir a contribuição do INT para processos inovativos no setor produtivo.



Aprimorou-se o 'índice de impacto da atuação do INT', criando um novo indicador, chamado 'índice de provável impacto das entregas técnicas', o qual leva em consideração o número de 'entregas técnicas concluídas' no ano, que possuem pelo menos seis impactos prováveis para inovação na empresa, de acordo com a percepção dos pesquisadores do INT. Essa alteração entrou em vigor no ano de 2015."

Quadro XXXI: Detalhamento dos componentes do Indicador IPIET em 2015

Fórmula IPIET - (=NETC6i/Total NE) * 100	2014		2015	
	Previsto (anual)	Executado	Previsto (anual)	Executado
NETC6i - Número de entregas (projetos de P&D e serviços técnicos especializados) que induzem pelo menos seis impactos para a inovação	-	-	-	72
NTE – número de 'entregas técnicas concluídas' com qualquer impacto (ou nenhum impacto) para inovação	-	-	-	117

Fonte: Relatório de Acompanhamento do TCG 2015. O resultado da divisão acima é: 0,615.

A fórmula deste indicador foi modificada nos exercícios de 2012, 2014 e 2015 prejudicando a avaliação de sua comparabilidade ao longo do tempo. Faz-se necessário, aguardar o decorrer do tempo para que seja possível emitir uma opinião sobre este quesito.

Quanto à sua utilidade, em princípio esta parece estar clara, pelo esforço que a unidade está fazendo para melhorá-lo. Desta forma, a completude, a confiabilidade e a economicidade somente poderão ser avaliadas após a estabilização do indicador.

Verificou-se que a informação detalhada sobre o NTE não constava nos Relatórios de Acompanhamento do TCG 2013, 2014 e 2015, prejudicando o quesito acessibilidade.

Verificou-se, também, que, apesar de o Número de entregas (projetos de P&D e serviços técnicos especializados) que induzem pelo menos seis impactos para a inovação ser 72, foram listadas apenas 50 delas no Relatório de Acompanhamento do TCG 2015 (páginas 41 a 44).

Desta forma, temos a seguinte avaliação sobre o indicador IPIET:

Quadro XXXII: Avaliação do Indicador 05. IPIET - Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas.

Completude	Utilidade	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
Não se pode Avaliar	Sim	Não se pode Avaliar	Não se pode Avaliar	Não	Não se pode Avaliar

Fonte: Análise CGU.



Quanto ao indicador APD, temos:

Quadro XXXIII: Série Histórica do Indicador APD

Indicador		Série Histórica							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
10. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	Meta	-	-	-	54	27	-	35,29	38,40
	Resultado atingido	59	70	61	47	38	37	34,91	27,58

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT. Resposta do item 25.a da SA201601325/04.

Analisando-se a série histórica acima, conclui-se que o resultado do indicador vem caindo nos últimos sete exercícios (de 2009 a 2015), com uma redução total de 60,6%, no mesmo período.

Quadro XXXIV: Detalhamento dos componentes do Indicador APD em 2014 e 2015

Fórmula APD = $[1 - (DM / OCC)] * 100$	2014		2015	
	Previsto (anual)	Executado	Previsto (anual)	Executado
DM - somatório das despesas gerais com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano.	7.828.517	8.324.197	7.271.710	8.858.278
OCC - dotações outros custeios e capital, F 100 e 150, empenhadas e liquidadas, s/ benef..	12.097.213	12.788.767	11.804.895	12.231.450

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos TCG's 2014 e 2015. Resposta do item 25.a da SA201601325/04

Observa-se que o detalhamento da composição das informações contábeis que compõem a fórmula do indicador (DM e OCC) não se encontra nos Relatórios de Acompanhamento dos TCG's de 2011 a 2015, prejudicando a avaliação dos quesitos comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade.

Quando solicitada a apresentar o detalhamento dos valores componentes da DM em 2014 e 2015, pela SA201601325/04, o INT apenas informou que além das despesas administrativas listadas no conceito do indicador APD, incluem-se outras despesas administrativas de menor vulto e todas aquelas necessárias à manutenção das instalações campi, parques e reservas que eventualmente sejam mantidas pela UP. Não devem ser incluídos os valores atribuídos à Gestão Administrativa (Benefícios). Nas



despesas correntes, diárias e passagens, procurar, quando possível, separar os gastos com Área-Fim e Área-Meio.

Além disso, afirmou que a origem da Informação é o SIAFI - Todos os recursos oriundos das dotações de OCC, das fontes 100 e 150, efetivamente empenhados. Informou, ainda, as rubricas que compõem o OCC: Fonte 100 INT, Fonte 150 INT, Descentralização INT (TED), Convênios (via Tesouro) INT. Nota-se que foram incluídos valores que não constam da fórmula original.

O INT apresentou, ainda, o quadro abaixo.

Quadro XXXV: Valores detalhados do OCC (A soma das dotações Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150/ 250.)

OCC	Meta 2014	Executado 2014	Meta 2015	Executado 2015
Fonte 100 INT	13.317.530	11.255.786	9.752.665	9.936.200
Fonte 150 INT	779.682	757.196	1.313.230	1.233.710
Descentralização INT (TED)	0,00	0,00	739.000	1.003.629
Convênios (via Tesouro) INT	0,00	0,00	0,00	57.910
TOTAL	14.097.212	12.012.982	11.066.634	12.231.449

Fonte: resposta ao item 27.B da SA201601325/04

Ao se comparar as respostas apresentadas pelo gestor (relativas aos itens 27.b e 25.a da SA201601325/04), encontram-se valores divergentes quanto a algumas informações relativas ao OCC, tais como: meta 2014 (14.097.212 e 12.097.213), executado 2014 (12.012.982 e 12.788.767) e meta 2015 (11.066.634 e 11.804.895).

Além disso, o Relatório de Gestão 2015 da UPC (página 37) apresenta valores diferentes para as metas, relativas aos exercícios 2014 e 2015, para o indicador APD.

Conseqüentemente, conclui-se que a ausência das informações nos Relatórios de Acompanhamento dos TCG's, aliada, à falta do detalhamento dos valores das rubricas que compõem o DM, além das informações conflitantes quanto ao OCC prejudicam a avaliação dos quesitos comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade.

Constatou-se que não existe um manual ou um normativo interno do INT que defina as responsabilidades e descreva a metodologia de extração de dados do SIAFI.

Verificou-se, também, que o valor relativo ao OCC também é utilizado na fórmula do indicador ICT, analisado posteriormente neste ponto deste Relatório.

Quadro XXXVI: Avaliação do Indicador 10. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento



Completude	Utilidade	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

Fonte: Análise CGU.

Quanto ao indicador IEO, temos:

Quadro XXXVII: Série Histórica do Indicador IEO

Indicador		Série Histórica							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
12. IEO – Índice de Execução Orçamentária	Meta	-	-	-	100	100	100	100	100
	Resultado atingido	89	83	83	86	95	97	100	96,4

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT.

Baseando-se no quadro anterior, o indicador apresentou um comportamento de crescimento, entre 2010 e 2014, apresentando uma ligeira queda em 2015.

Quadro XXXVIII: Detalhamento dos componentes do Indicador IEO em 2014 e 2015

Fórmula IEO = VOE / OCCe * 100 Unidade	2014		2015	
	Previsto (anual)	Executado	Previsto (anual)	Executado
VOE =OCC OCC - dotações outros custeios e capital, F 100 e 150, empenhadas e liquidadas, s/ benef.	13.195.449	12.788.767		12.231.450
OCCe - somatório dotações de custeios e capital, F 100 e 150 (limite empenho autorizado).	13.195.449	12.759.120		12.686.150

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos TCG's 2014 e 2015.

Observa-se que o Relatório de Acompanhamento do TCG 2015, em sua página 13, aponta os seguintes valores para o executado do indicador em 2014 e 2015: 100,23% e 113%, respectivamente, resultados estes incompatíveis com as informações do quadro acima, retiradas dos mesmos relatórios. Acrescenta-se que o Relatório de Gestão 2015 da UPC, em sua página 37, também apresenta o valor de 100,23% para 2014.

O detalhamento da composição das informações contábeis que compõem a fórmula do indicador não se encontra nos Relatórios de Acompanhamento dos TCG's de 2011 a 2015, prejudicando os quesitos comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade.

Em resposta à SA201601325/04, o INT assim se manifestou:



Em relação ao VOE (Valor Orçamentário Executado (=OCC)), este tem por definição: Somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados. Os valores detalhados encontram-se no quadro a seguir:

Quadro XXXIX: Detalhamento do VOE em 2014 e 2015.

VOE	Meta 2014	Executado 2014	Meta 2015	Executado 2015
Valores	12.097.213	12.788.767	11.804.895	12.231.450

Fonte: Resposta ao item a da SA201601325/04.

Não fica clara a diferença entre os valores do VOE e do OCC, verifica-se que a avaliação do OCC foi feita no indicador APD.

Em relação ao OCCe (Orçamentos de Custeio e Capital), cuja definição é o Limite de empenho autorizado, o INT apresentou o quadro a seguir.

Quadro XL: Detalhamento do OCCe em 2014 e 2015.

OCCe	Meta 2014	Executado 2014	Meta 2015	Executado 2015
Valores	13.195.449	12.759.120	11.804.895	12.686.150

Fonte: Resposta ao item b da SA201601325/04.

O INT não informou a fonte dos valores acima.

Quanto aos Valores dos TEDs, incluídos no VOE, estes são oriundos do MCTI e são considerados neste indicador porque se tratam de recursos do Tesouro. Caso venham da ANVISA ou de outro órgão são considerados “convênio INT”. Entendemos que os valores dos TED’s não fazem parte do orçamento e sua inclusão deveria ser detalhada na fórmula do indicador (VOE).

Quanto aos os impactos dos contingenciamentos orçamentários em 2015:

“Todas as atividades foram executadas com restrições orçamentárias e adiamento de prazos, solicitação de liberação pelo MCTI de recursos orçamentários adicionais restritos ao cumprimento de compromissos assumidos. O INT utilizou-se também do instrumento Termo de Execução de Descentralizada – TED junto MCTI com apresentação de planos de trabalho específicos destinados a determinadas atividades essenciais, com aporte de recursos orçamentários e financeiros para aquisição de equipamentos, aquisição de material de consumo, serviços do NIT, participação em eventos e serviços de em laboratórios.”

Consequentemente, conclui-se que a ausência do detalhamento das informações nos Relatórios de Acompanhamento dos TCG's, a ocorrência de informações conflitantes quanto ao VOE (=OCC), além daqueles, representando o valor da aplicação final da fórmula do próprio indicador IEO, prejudicam a avaliação dos quesitos comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade.

Quadro XLI: Avaliação do Indicador 12. IEO – Índice de Execução Orçamentária

Completude	Utilidade	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

Fonte: Análise CGU.

Quanto ao indicador ICT, temos:

Quadro XLII: Série Histórica do Indicador ICT

Indicador		Série Histórica							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
13. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	Meta	-	-	-	3	2	5	4	4
	Resultado atingido	2	4	3	2,3	4	4,6	2,21	4,1

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT.

De acordo com as informações presentes no quadro acima, conclui-se que o comportamento dos resultados do indicador ao longo do tempo é irregular, apresentando oscilações.

Quadro XLIII: Detalhamento dos componentes do Indicador ICT em 2014 e 2015

Fórmula ICT = ACT / OCC * 100 Unidade	2014		2015	
	Previsto (anual)	Executado	Previsto (anual)	Executado
ACT - rec. financeiros, próprios ou via fundações, aplicados em capacitação e treinamento	770.260	282.318	-	-
OCC- dotações outros custeios e capital, F 100 e 150, empenhadas e liquidadas, s/ benef.	12.097.213	12.788.767	-	12.231.450

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos TCG's 2014 e 2015.

Observa-se que o detalhamento da composição das informações contábeis que compõem a fórmula do indicador não se encontra nos Relatórios de Acompanhamento dos TCG's de 2011 a 2015, prejudicando os quesitos comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade.



Em resposta à SA201601325/004, o INT informou que o ACT (Recursos Financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento) é definido como sendo os recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano. São incluídas despesas com passagens e diárias em viagens cujo objetivo seja participar de cursos, congressos, simpósios e workshops, além de taxas de inscrição e despesas com os instrutores (desde que sejam pagos para ministrarem cursos e treinamentos para servidores da UPC), excluídos os dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade. Além disso, apresentou a tabela abaixo contendo os detalhamentos do numerador da fórmula do indicador ACT.

Quadro XLIV: Detalhamento dos valores que compõem o ACT, em 2014 e 2015.

ACT	Meta 2014	Executado 2014	Meta 2015	Executado 2015
Cursos	-	62.850,48	-	129.839,67
Oficina de trabalho/Workshop	-	9.356,02	-	0,00
Intercâmbio	-	0,00	-	15.000,00
Seminário ou Congresso ou Conferência ou Fórum ou Encontro ou outros similares.	-	79.797,99	-	206.792,27
Visita Técnica	-	96.100,22	-	154.088,31
TOTAL	770.260,00	248.104,71	-	505.720,25

Fonte: Resposta ao item 27.a da SA201601325/004. Não foram disponibilizados os valores correspondentes às metas de 2014 e 2015.

Ao analisarem-se as informações do quadro acima, verifica-se que o valor do ACT executado em 2014 (248.104,71), difere do valor do ACT encontrado no quadro imediatamente anterior (282.318), cuja referência é o Relatório de Acompanhamento o TCG 2014. Além disso, o detalhamento apresentado não condiz totalmente com a definição do ACT apresentada no parágrafo anterior.

Quanto aos valores do OCC, a análise foi feita na avaliação do indicador APD.

Desta forma, conclui-se que a avaliação dos quesitos comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade fica prejudicada.

Quadro XLV: Avaliação do Indicador 13. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento

Completude	Utilidade	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
------------	-----------	-----------------	----------------	----------------	---------------



SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Análise CGU.

Quanto ao indicador PIS, temos:

Quadro XLVI: Série Histórica do Indicador PIS

Indicador		Série Histórica							
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
16 – PIS – Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social	Meta	-	-	-	6	7	7	6	6
	Resultado atingido	10	12	9	7	8	9	6	6

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT.

Destacamos a seguinte afirmação presente no TCG 2015 do INT x MCTI:

“Considerando os cortes administrativos no Orçamento do INT, no ano de 2015, propomos uma redução nas metas dos Indicadores de Desempenho constantes do Anexo 2. Devem ser mais fortemente afetados os indicadores de Projetos Nacionais – PPACN, de Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social – PIS, de Capacitação e Treinamento – ICT, e de publicação - IG PUB, que guardam relação com o deslocamento dos pesquisadores para as empresas, seminários e congressos.”

Observa-se, por meio da série histórica do indicador, que o quantitativo de projetos efetivamente desenvolvidos foi reduzido entre 2009 e 2011, aumentou em 2012 e 2013, nova redução em 2014, estabilizando-se em 2015. Reputa-se que esta redução de desempenho seja um reflexo dos cortes orçamentários os quais o INT vem sendo submetido nos últimos exercícios.

Analisando-se os Relatórios de Acompanhamento dos TCG's entre 2011 e 2015, encontram-se algumas informações conflitantes quanto aos detalhamentos dos projetos desenvolvidos pelo INT (nos exercícios 2012, 2013 e 2014). Sendo assim, avalia-se que a confiabilidade e a acessibilidade do indicador ficaram prejudicadas. Entende-se que os outros critérios são atendidos.

Quadro XLVII: Avaliação do Indicador 16 – PIS – Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social

Compleitude	Utilidade	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM

Fonte: Análise CGU.



Quando solicitado, pelo item 37 da SA201601325/05, a se manifestar quanto à eventual criação de um indicador que meça a relação entre o quantitativo de patentes que efetivamente gerou inovação (isto é, que resultou em geração de alguma renda para o INT) com relação à quantidade total de patentes emitidas, o INT assim se manifestou:

“A possibilidade deve ser considerada pelo INT, considerando duas contingências:

- 1 O retorno atual com as patentes concedidas e comercializadas não justifica neste momento a criação de um indicador, e sua apuração e monitoramento é efetuada pelo NIT / INT;*
- 2 Esse ano, 2016, o INT deverá proceder à revisão do Mapa Corporativo, com vistas à elaboração do novo PDU 2016 – 2020, tão logo o processo seja deflagrado pelo MCTI/SCUP. Nesse processo de revisão do Mapa e elaboração do PDU, objetivos e indicadores sofrerão alteração. A área responsável pela apuração desses valores terá então o fórum adequado para debater a oportunidade de criar um novo indicador para o INT.”*

1.2.3.2 CONSTATAÇÃO

Informações conflitantes sobre os indicadores do TCG nas diversas fontes consultadas e ausência de informação suficiente e completa sobre os indicadores nos Relatórios Anuais de Acompanhamento da Execução dos TCG's.

Fato

Analisando-se no ponto 1.2.3.1 deste relatório os indicadores selecionados na amostra, verificando-se os Relatórios de Acompanhamento de Execução dos TCG's dos exercícios 2011 a 2015, bem como os Relatórios de Gestão do INT, evidenciou-se o conflito entre as informações referentes aos indicadores de desempenho, a ausência de algumas informações e a falta de detalhamento de outras, prejudicando a avaliação desses indicadores no que se refere aos seguintes critérios:

- a) Completude (capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UPC pretende medir);
- b) Utilidade (capacidade para retroalimentar o processo de tomada de decisão gerencial, e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão);
- c) Comparabilidade (capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas, estabilidade);
- d) Confiabilidade (confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reprodutível por outros agentes, internos ou externos à unidade);
- e) Acessibilidade (facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público em geral); e
- f) Economicidade (razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da unidade).



Verificaram-se as seguintes ocorrências:

- 1) Ausência da lista correspondente ao valor de NTE = Número Total de Entregas Técnicas no Relatório Anual de Acompanhamento do TCG 2014;
- 2) Ausência de informações detalhadas nos Relatórios Anuais de Acompanhamento dos TCG's dos valores que compõem os indicadores (APD, IEO, ICT), e cujas informações são retiradas do SIAFI, tais como: DM, VOE, OCCe, OCC, ACT, etc;
- 3) Falta de um normativo que defina as responsabilidades e descreva a metodologia de extração do SIAFI das informações relativas aos indicadores do TCG que as utilizam;
- 4) Ausência de detalhamento dos valores dos TED's, que não fazem parte do orçamento origina da UPC, e da explicação sobre suas origens, no que se refere aos indicadores que utilizam o VOE;
- 5) Conflito de informações quanto à quantidade e à lista dos projetos que compõem o indicador PIS;
- 6) Informações conflitantes sobre os indicadores que compõem o TCG, tendo em vista as diversas fontes de consulta, tais como: Relatórios de Gestão, Termos de Compromisso de Gestão, Relatórios Anuais de Acompanhamento dos Termos de Compromisso de Gestão e Respostas de Solicitações de Auditoria;
- 7) Ausência de um documento único contendo as informações sobre as séries históricas dos indicadores. As informações necessárias, além de conflitantes em alguns casos, estão dispersas em vários documentos distintos; e
- 8) Ausência de clareza na definição e na diferença entre os valores que compõem o VOE e aqueles que compõem o OCC, dificultando o entendimento de ambos.

Conclui-se que os controles internos do INT carecem de melhorias na geração das informações pertinentes ao acompanhamento e mensuração dos indicadores constantes dos TCG's. Sem esta melhoria, a avaliação dos quesitos dos indicadores, principalmente quanto à comparabilidade, à confiabilidade e à acessibilidade, fica prejudicada. Ressalta-se, que foi necessário assumir alguns valores como corretos para poder realizar uma análise sobre o comportamento das séries históricas dos oito indicadores da amostra.

Causa

Ausência de norma no INT que defina quais as informações que devem constar nos relatórios anuais de acompanhamento dos TCG's, como elas devem ser apresentadas, como e de onde elas são retiradas e quem é o responsável por fazê-lo. Ausência de controles internos adequados na geração de informações sobre os diversos indicadores do TCG.

Manifestação da Unidade Examinada



Análise do Controle Interno

Recomendações:

Recomendação 1: Instruir os Relatórios Anuais de Acompanhamento da execução dos TCG's com todas as informações necessárias a avaliação dos indicadores a respeito dos seguintes quesitos: Completude, Utilidade, Comparabilidade, Confiabilidade, Acessibilidade e Economicidade.

Recomendação 2: Criar um normativo interno no INT que defina quais as informações que devem constar nos Relatórios Anuais de Acompanhamento da execução dos TCG's, como elas devem ser mostradas, como e de onde elas são retiradas e quem é o responsável por fazê-lo.

Recomendação 3: Padronizar as informações sobre os indicadores constantes dos diversos documentos emitidos pelo INT, tais como: Relatórios de Gestão, Termos de Compromisso de Gestão, Relatórios Anuais de Acompanhamento dos Termos de Compromisso de Gestão e Respostas de Solicitações de Auditoria.

Recomendação 4: Gerar um documento com a série histórica, de 2008 em diante, de todos os indicadores que compõem o TCG, objetivando melhorar a transparência das informações e facilitando a avaliação dos quesitos acessibilidade e comparabilidade.

Recomendação 5: Revisar e atualizar as fórmulas de todos os indicadores que compõem o TCG.

1.2.3.3 CONSTATAÇÃO

Ausência de desenvolvimento do Indicador: Número de projetos com inovações promovidas, na vigência do Plano Diretor da Unidade: 2011-2015.

Fato

Constam no Plano Diretor 2011-2015 do INT, informações sobre o projeto estruturante INOVAÇÃO, cuja intenção é promover a convergência da atuação do INT no sentido de sua real vocação que é a promoção da Inovação. Esta convergência iria conferir visibilidade a todo o espectro de formas de intervenção que o INT pratica e que favorecem a Inovação nas empresas: P&D, serviços tecnológicos, avaliações e certificação. Atualmente estas práticas se direcionam a diversos setores produtivos da economia brasileira. O projeto estruturante objetiva focar e conferir prioridade aos setores de demanda identificados no Mapa Estratégico do INT: Petróleo e Gás, Petroquímica, Energias Renováveis, Saúde, Tecnologias Sociais e Defesa.

A Política de Inovação do INT, estabelecida formalmente em 2009, contempla especificamente “*a parceria com empresas, a cessão de laboratórios, o recebimento de recursos, a proteção intelectual de suas criações, a transferência de tecnologia, bem como outros dispositivos previstos nas leis*”. Ou seja, é o veículo maior de incentivo a promoção da Inovação.



A forte interação do INT com o setor produtivo permite que a aplicação de suas competências técnicas promova a Inovação e, se materialize por meio da transferência de conhecimento aplicado, de tecnologias e de patentes.

A proposta do INT era que as ações deste projeto se dessem por etapas relacionadas com as demandas.

O PDU 2011-2015 previu a promoção da convergência da atuação do INT no sentido de sua real vocação, que é a promoção da Inovação, no prazo de 5 anos (janeiro 2011 a agosto 2015). Além disso, apresentou o indicador “Número de projetos com inovações promovidas” e metas acumuladas por setor produtivo, como segue:

Quadro XLVIII: Metas dos Projetos

Tema	Anos				
	2011	2012	2013	2014	2015
Petróleo e Gás	6	6	8	8	10
Petroquímica	3	3	5	5	8
Energias renováveis	6	6	8	8	10
Saúde	6	6	8	8	10
Tecnologias Sociais	2	2	4	4	5
Defesa	2	2	4	4	5
Total	25	25	37	37	48

Fonte: PDU INT 2011-2015

Uma vez que indicador, embora tenha sido desenvolvido, não foi aplicado, mensurado ou acompanhado, não há como verificar o atingimento ou não de suas metas.

A UPC informou que o novo Plano Diretor ainda não foi elaborado e que ele deverá contar, como parte da metodologia atualmente em uso no INT, com uma análise de ambiente externo (buscando mapear sua evolução) e com um conjunto de ações em gestação pela nova Direção. Acrescentando que sua conclusão deverá ocorrer ao final do segundo semestre de 2016.

Em resposta a SA201601325/03, o INT assim se manifestou:

Quanto ao valores atingidos ao longo do período em questão:



“Esse indicador, assim como o conceito de Projeto Estruturante, não foi desenvolvido no INT, na vigência deste PDU 2011-2015. O próprio conceito de Inovação foi objeto de muitos questionamentos internos e externos – notadamente pela CGU. Um indicador criado para tentar medir o impacto da atuação do INT para a inovação das empresas não foi eficaz na sua aplicação prática. Isto ensejou sua reformulação e gerou outro indicador, o qual ainda não foi testado, pois sua introdução se deu somente em 2015.

Considerando as inúmeras atividades de gestão e das áreas técnicas implementadas ao longo desses anos, também se pode dizer que não houve tempo hábil para implementar tamanha quantidade de ações inicialmente avaliadas como necessárias. Contudo, uma boa parte do formato de apuração vislumbrado foi realizada e encontra-se em processo de aprimoramento. Entre as atividades de gestão e das áreas técnicas implementadas, destacam-se: Gestão da Estratégia, Projetos EMBRAP II e participação do INT na EMBRAP II; Workshop de Competências Internas (2 edições), Escritório de Gerenciamento de Projetos, Modelo de Negócios, Plano de Comunicação etc.”

Quanto a uma eventual relação com o indicador do TCG: IPIn – Índice de Propriedade Intelectual e/ou com o indicador IIA – Índice de Impacto da Atuação do INT, ambos associados à Inovação:

“Uma vez que o indicador não foi desenvolvido, não se pode afirmar qual relação ele teria com o IPIn e/ou com o indicador IIA.”

Quanto a um eventual impacto na execução deste projeto ao longo do período considerado devido às contingências de orçamento:

“Quanto a esse Projeto Estruturante especificamente, conforme informado no subitem 17-B, não se pode estabelecer nenhuma relação de causalidade. Mas certamente a atuação do INT nos focos de atuação, notadamente os focos em que não possui tradição na atuação, como Defesa e Tecnologias Sociais, se não foram prejudicados, poderiam ter sido beneficiados por mais recursos na prospecção de novos clientes e na ampliação da visibilidade do INT, por exemplo.”

Quanto a eventuais impactos na “Visão” do INT (página 31 do Plano Diretor do INT 2011-2015): “Ser reconhecido como referência nacional até 2021 em pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a inovação”:

“Uma vez que o indicador não foi desenvolvido, não se pode afirmar qual impacto ele teria na “Visão” do INT.”

Devido à importância da inovação para o INT, considera-se essencial, além do Projeto: Inovação, que pode potencializar a geração de receitas próprias para a UJ, a implementação e o monitoramento do indicador Número de projetos com inovações promovidas no próximo PDU da UPC. Além disso, faz-se necessário estabelecer uma correlação deste com os indicadores do TCG: IPIn – Índice de Propriedade Intelectual e IPIET – Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas, também relacionados ao mesmo tema, de modo a não haver duplicidade de informações e medições.

Causa

Ausência de priorização da Inovação no INT.

Manifestação da Unidade Examinada

Análise do Controle Interno

Recomendações:

Recomendação 1: Desenvolver e implementar o projeto Inovação, presente no Plano Diretor 2011-2015 da UPC, quando da execução do próximo Plano Diretor da Unidade: 2016-2020, tendo em vista que a Inovação é um dos elementos mais importantes do INT, fazendo parte da visão da Unidade e, conseqüentemente, de seus resultados quantitativos e qualitativos.

Recomendação 2: Desenvolver e acompanhar a execução do Indicador: Número de projetos com inovações promovidas, quando da execução do próximo Plano Diretor da Unidade: 2016-2020.

2 CONTROLES DA GESTÃO

2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Levantamento da situação das recomendações emitidas pela CGU.

Fato



Quadro XLIX: Status das Recomendações da CGU:

Recomendação	Constatação	Posicionamento da CGU	Providências	Situação
158327	Relatório de Auditoria CGU nº 201204335 no período de 19/08 a 03/09/13. Ofício CGU nº 4792/2015	Adotar, na qualidade de prestador de serviços de avaliação da conformidade de produtos, instrumento legal apropriado em substituição à cláusula de remuneração com previsão de que a contratante pagará ao INT as despesas envolvidas no processo técnico de certificação.	Foi criado e implantado novo modelo de contrato entre o INT e a empresa a receber a certificação, com a interveniência da Fundação de Desenvolvimento Foi criado e implantado novo modelo de contrato entre o INT e a empresa a receber a certificação, com a interveniência da Fundação de Desenvolvimento	Recomendação Atendida
144256	Demanda Externa- Ofício 20577/2015 Processo nº 00218.001656/2013-27	Apurar responsabilidade pelas falhas verificadas na elaboração do edital e condução do Pregão Eletrônico 01/2011	Ofício/n.º 372/INT Resposta da UJ ao Ofício nº 20577/2015/DICIT/DI/SFC/CGU-PR (RDE) (08/10/2015) Em resposta ao Ofício em epígrafe, o INT reconhece que foram de suma importância as informações exaradas no Relatório referente às ações de controle desenvolvidas por esta Controladoria nos atos de gestão indicados no documento. Os resultados de tais fiscalizações impeliram o INT a aprimorar a governança e a monitorar os procedimentos operacionais e de capacitação dos servidores, de forma a estar sempre alinhado à correta aplicação dos recursos federais, ao atendimento à legislação e aos normativos e à transparência.	O fato de o potencial responsável ter sido remanejado pelo Órgão não impede a apuração da responsabilidade. Além disso, a conclusão quanto à ocorrência de prejuízo financeiro, ou não, somente poderá ser tomada após a apuração dos fatos. Recomendação pendente de atendimento
144257		Apurar responsabilidade pela manutenção da vigência do contrato CGU 03.741.00/11, tendo em vista o disposto na LC 123 da SRF	Diversas ações foram tomadas na gestão deste Instituto, com o objetivo educacional e de atuar previamente nos procedimentos administrativos, orientando à luz da legislação, os atos praticados pelos agentes públicos. Com isto, procura mitigar os riscos de não segregação de funções, erros materiais e possíveis fraudes. Em relação à apuração de responsabilidades nas ações destacadas no referido	O fato de a UJ considerar que não haverá reincidência deste ato não impede a apuração da responsabilidade. Recomendação pendente de atendimento
144258		Apurar responsabilidade pelas falhas verificadas na condução do Pregão Eletrônico 06/2012		O fato de o potencial responsável estar aposentado não impede a apuração da responsabilidade. Além disso, a conclusão quanto à ocorrência de prejuízo financeiro, ou não, somente poderá ser tomada após a apuração dos fatos.



			Relatório, considerando não ter sido identificado prejuízo financeiro, o gestor decidiu pela não abertura de processos apurativos de responsabilidade, tendo em vista que os servidores indicados nas apurações da CGU encontram-se desligados do INT, seja por aposentadoria (item 2.1.5 do Relatório) ou por remanejamento do Órgão (item 2.1.2)	Recomendação pendente de atendimento
144259		Promover capacitação dos pregoeiros do INT	<p>Quanto ao item 2.1.3, a questão foi pauta de diversas reuniões e debates no Instituto, no sentido de percolar seus fundamentos nas áreas envolvidas. Assim, o gestor considerou que não haverá reincidência deste ato, como já foi verificado pela própria CGU em outros contratos assinados pelo INT desde então.</p> <p>Diante do exposto, a Direção do INT entende que não há necessidade de tomar medidas no tocante apuração de responsabilidades itens 2.1.2 e 2.1.5, bem como para o item 2.1.3 onde o aprimoramento dos controles tem surtido o efeito desejado.</p>	Consideramos a recomendação ainda pendente de atendimento. A UJ não apresentou documentos que comprovem a realização da capacitação, tais como, a lista dos pregoeiros participantes, os cursos realizados por eles e seus respectivos períodos.

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT e Plano de Providências Permanente da UJ

Conclui-se que das seis recomendações existentes, uma está sendo monitorada pela CGU, uma considerada atendida e quatro estão pendentes de atendimento pela UPC. No caso da recomendação atendida, aponta-se para a melhoria nos controles internos da UJ para a redução de potenciais riscos devido à inclusão de cláusulas contratuais que melhor definem as responsabilidades dos entes envolvidos.

Por meio de uma reunião da equipe da CGU/RJ com o INT objetivando o acompanhamento das recomendações pendentes, constatou-se o empenho da alta cúpula da UPC e o apoio desta às outras instâncias organizacionais visando à implementação das medidas de atendimento a estas recomendações.

2.1.1.2 INFORMAÇÃO



Verificação sobre o registro das informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD.

Fato

O INT apresentou os seguintes documentos, extraídos do sistema CGU-PAD: Relatório de procedimentos instaurados em 2015 (um), Relatório de Procedimentos Julgados, entre 01/01/2006 e 31/12/2015 (23); Relatório de procedimentos Instaurados, entre 24/07/2007 e 31/12/2015 (vinte); e o Relatório de Processos a Instaurar por Situação (um). A UPC disponibilizou uma cópia da Portaria INT n.º 071, de 11/11/2015, em vigor, que dispõe sobre o assunto em pauta. Além disso, foi apresentada a Portaria n.º 040, de 14/07/2010, contendo as designações dos servidores para os cargos de Coordenador-Adjunto, de Coordenador-Adjunto Substituto, de Administrador e de Administrador Substituto do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD. Os testes aplicados sobre a Portaria INT n.º 071 evidenciaram que o INT está realizando os registros de seus processos disciplinares, de acordo com o prazo de 30 dias estabelecido para suas inserções no sistema CGU-PAD, conforme estabelecido na Portaria CGU n.º 1.043/2007.

Segundo o Relatório de Processos Instaurados no Sistema CGU-PAD, foram instaurados pelo INT os seguintes quantitativos de processos, nos últimos cinco anos, no período de 2010 a 2015.

Quadro L: Processos instaurados no INT nos últimos cinco anos

Ano	Processos de Sindicância Instaurados	Processos Administrativos Disciplinares Instaurados
2010	2	1
2011	3	0
2012	0	0
2013	1	2
2014	4	0
2015	1	0
TOTAL	11	3

Fonte: Resposta da SA201601325/001

Em seu Relatório de Gestão 2015, o INT informou que:

“Os procedimentos instaurados e concluídos no exercício de 2015 foram registrados no Sistema CGU-PAD. No que se refere aos procedimentos de sindicância, foram instaurados 01 (um) processo novo, concluídos 04 (quatro) de anos anteriores, dos quais 03 (três) foram arquivados, 01 (um) gerou a abertura de PAD e não houve ocorrência de punição.”



*O Decreto nº5.480/2005, que criou o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, indica a necessidade de estruturação, em âmbito ministerial, da área da correição. Tal diretiva se replica nos órgãos subordinados e vinculados, como é o caso do INT. Desta forma, atualmente as diretrizes de correição do INT são orientadas pela CGU.
(...)*

Não ocorreu no exercício de 2015 evidências de danos ao erário, nem processo de tomada de contas especiais.

O INT na qualidade de entidade integrante do Poder Executivo da Administração Direta Federal, não possui estrutura formal de controle e se utiliza das orientações normativas emanadas do Ministério do Planejamento, da Lei 8.112/93, bem como dos instrumentos de controle recomendados pelos órgãos de controle interno e externo para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos. Como procedimento, são instaurados processos administrativos e/ou instaladas comissões sindicância pelo Gestor, os quais são monitorados pela Divisão de Gestão de Pessoas, os quais são registrados no sistema de correição CGU-PAD.

Nos casos em que os processos ensejem avaliação da Comissão de Ética e Disciplina do INT, os mesmos também são instruídos na Divisão de Gestão de Gestão de Pessoas para apreciação do Diretor que encaminha a Comissão estabelecida para este fim, de modo a apreciar e subsidiar a Direção na decisão a ser proferida.

Nos casos em que os processos ensejem avaliação da Comissão de Ética e Disciplina do INT, os mesmos também são instruídos na Divisão de Gestão de Gestão de Pessoas para apreciação do Diretor que encaminhará àquela Comissão para apreciação e subsidiar a Direção na decisão a ser proferida.”

2.1.1.3 INFORMAÇÃO

Avaliar a conformidade das peças apresentadas pelo INT, de acordo com sua natureza jurídica e o negócio da unidade.

Fato

Verificou-se, com relação ao INT, em 2015, no e-Contas a existência das seguintes peças: Rol de responsáveis, Relatório de gestão e Declarações pertinentes. Além disso, verificou-se que as informações apresentadas no Relatório de Gestão estão estruturadas de acordo com o que está definido nos tópicos de ajuda do sistema e-Contas.

Desta forma, considera-se adequada a conformidade das peças apresentadas em 2015, pelo INT, no sistema e-Contas.

Quanto ao conteúdo da informação apresentada, ressaltam-se, as seguintes correções solicitadas pelo INT com relação aos seguintes itens de se Relatório de Gestão 2015:

Correção do Item 4.12 Restos a Pagar - página 33 do Relatório de Gestão 2015 do INT:

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Onde se lê



4.12 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 4.12.1 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores do INT

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	5.543.608	5.407.111	50.407.111	86.086
2013	171.7690	134.685	28.084	9.000
2012	51.087	0	370	50.718
2011	43.294	0	0	43.294
2010	0	0	0	0
2009	78.028	0	0	78.028
2008	12.571	0	0	12.571
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	97.894	13.260	84.634	0
2012	370	370	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Leia – se:

4.12 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 4.12.1 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores do INT

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	5.570.718	5.422.301	62.332	86.086
2013	171.7690	132.328	30.441	9.000
2012	51.087	0	370	50.718
2011	43.294	0	0	43.294
2010	0	0	0	0



2009	78.028	0	0	78.028
2008	12.571	0	0	12.571
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	97.894	13.260	84.634	0
2012	370	370	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Correção do Item 4.16 – “Indicadores de Desempenho do Termo de Compromisso de Gestão – TCG” - página 37 do Relatório de Gestão 2015 do INT:

Onde se Lê:

4.16 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro 4.16.1 Indicadores de desempenho INT (UG 240104)

						Me ta 2015	Total 2015		Varição (%)	Nota	Pontos
Indicadores	Série Histórica		Unidade		Peso	B	Pactua do	Realiza do	E	F	G=A*F
	2012	2013	2014		A						
<i>ÍGPUB – Índice Geral de Publicações</i>	1,38	1,38	0,65	<i>Pub / téc.</i>	2	0,7	0,70	0,5	71	6	12
<i>PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional</i>	15	15	29	<i>Nº</i>	2	15	15	23	153	10	20
<i>PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional</i>	159	159	150	<i>Nº</i>	3	150	150	166	111	10	30



IPIn – Índice de Propriedade Intelectual	2,54	2,54	0,1	Nº/ téc	2	0,04	0,04	0,05	125	10	20
IIA - Índice de impacto da atuação do INT	87	87	90,2	%	3	70	70	65	93	10	30
IMAR -- índice de entregas ligadas aos Ministérios e Agências Reguladoras	23	23	22,37	%	1	20	20	23	115	10	10
RFPP - Representação em Fóruns de formulação de políticas públicas nas seis demandas prioritárias	28	28	32,4	%	1	30	30	32,3	108	10	10
ICPC - Índice de cumprimento de Prazos	95	95	81,6	%	1	90	90	83	91	10	10
IPR - Índice de Projetos em Rede	15	15	17	%	1	20	20	19,6	98	10	10
Administrativos e Financeiros											
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	38	38	34,91	%	2	30	30	27,6	92	10	20
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	274	274	806,65	%	2	150	150	316,9	211	10	20
IEO - Índice de Execução Orçamentária	95	95	100,23	%	2	100	100	96,4	96	10	20
Recursos Humanos											
ICT - Índice Investimentos em Capacitação e Treinamento	4	4	2,21	%	2	4	4	4,10	103	10	20
PRB - Participação Relativa de Bolsistas	95	95	134	%	0	48	48	NA	0	0	0



PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	11	11	-	%	0	-	-			-	-
Inclusão Social											
PIS - Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social	8	8	9	Nº Proj	2	6	6	6	100	10	20
Totais (Pesos e Pontos)					26			Nota Global (T. Pontos/ T. Pesos)		252/26	9,69

Leia – se:

4.16 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro 4.16.1 Indicadores de desempenho INT (UG 240104)

Indicadores	Série Histórica			Unidade	Peso	Meta 2015	Total 2015		Variação (%)	Nota	Pontos
							Pactua do	Realiza do			
Físicos e Operacionais	2012	2013*	2014		A			E	F	G=A*F	
IGPUB – Índice Geral de Publicações	1,38	1,06	0,65	Pub / téc.	2	0,4	0,4	0,64	160	10	20
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	15	18	29	Nº	2	20	20	23	115	10	20
PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	159	140	150	Nº	3	130	130	166	128	10	30
IPIIn – Índice de Propriedade Intelectual	2,54	0,20	0,1	Nº / téc	2	0,04	0,04	0,05	125	10	20



IPIET – Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas **	87	80	90,2	%	3	70	70	62	89	8	24
IMAR-- índice de entregas ligadas aos Ministérios e Agências Reguladoras	23	14	22,37	%	1	20	20	23	115	10	10
RFPP- Representação em Fóruns de formulação de políticas públicas nas seis demandas prioritárias	28	30	32,4	%	1	35	35	32,3	92	10	10
ICPC- Índice de cumprimento de Prazos	95	85	81,6	%	1	85	85	83	91	10	10
IPR- Índice de Projetos em Rede	15	15	17	%	1	20	20	19,6	98	10	10
Administrativos e Financeiros											
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	38	37	34,91	%	2	38	38	28	74	6	12
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	274	214	806,65	%	2	300	300	316,9	106	10	20
IEO - Índice de Execução Orçamentária	95	97	100,23	%	2	100	100	113	113	10	20
Recursos Humanos											
ICT - Índice Investimentos em Capacitação e Treinamento	4	4,6	2,21	%	2	1	1	4,10	410	10	20
PRB - Participação Relativa de Bolsistas ***	95	98	134	%	0	100	100	115	115	-	-



PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado ***	11	43	44	%	0	40	40	50	125	-	-
Inclusão Social											
PIS - Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social	8	9	9	Nº Proj	2	4	4	6	150	10	20
Totais (Pesos e Pontos)					26			Nota Global (T. Pontos/ T. Pesos)		246/26	9,46

CONCEITO B (MUITO BOM)

* **OBS.:** A série histórica referente ao ano de 2013 acima foi alterada. No Relatório Anual do ano de 2014, foram repetidos os valores do ano de 2012, na coluna referente ao ano de 2013, e esse erro se propagou para as colunas de série histórica no Relatório Anual de 2015.

****O IPIET** (Índice de Provável Impacto das Entregas Técnicas) substitui o IIA - Índice de Impacto da Atuação do INT, que vigorou até 2014. Portanto não são valores comparáveis.

*** As metas e os resultados dos indicadores PRB e PRPT são calculados a partir da razão entre o total de bolsistas e o total de servidores e o total de pessoal terceirizado por total d servidores respectivamente.

Correção do Item 8.1 – “Gestão de Pessoas” - páginas 49 a 51 do Relatório de Gestão 2015 do INT:

Item 8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Onde se lê

Quadro 8.1.1.1 Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	250	241	1	19
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</i>	<i>250</i>	<i>241</i>	<i>1</i>	<i>18</i>
<i>1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão</i>	<i>243</i>	<i>228</i>	<i>0</i>	<i>0</i>



<i>1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado</i>	5	5	0	0
<i>1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório</i>	1	1	0	0
<i>1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas</i>	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	6	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	255	241	5	19

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 8.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	84	141
<i>1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)</i>	84	141
<i>1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão</i>	77	141
<i>1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado</i>	5	0
<i>1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório</i>	1	0
<i>1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas</i>	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	88	143

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 8.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	33	33	1	1
<i>1.1. Cargos Natureza Especial</i>	0	0	0	0
<i>1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	33	33	1	1
<i>1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão</i>	27	27	1	1
<i>1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado</i>	0	0	0	0
<i>1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas</i>	0	0	0	0
<i>1.2.4. Sem Vínculo</i>	5	5	0	0
<i>1.2.5. Aposentados</i>	225	225	0	15



2. Funções Gratificadas	10	10	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	10	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	268	268	1	1

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União

Conclusões de estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.

- *A DIGP realizou no ano de 2015 consulta às áreas técnicas e de gestão onde cada unidade organizacional identificou suas necessidades de pessoal.*
- *Nas áreas técnicas foram identificados “gaps” de reposição de 122 servidores, sendo 80 de cargos de nível superior e 40 de cargos de nível médio.*
- *Nas áreas de gestão foram identificados “gaps” de reposição de 78 servidores, sendo 44 de cargos de nível superior e 34 de cargos de nível médio.*
- *Em valores totais, representaria a contratação de mais 200 servidores para atendimento às necessidades de pessoal do INT.*

Tal motivação justifica-se com a perda constante do quadro de pessoal de servidores ativos, por diversos motivos de vacância, principalmente, por aposentadorias voluntárias no período de 2007 a 2014.

O quadro atual e futuro para os próximos 05 (cinco) anos, não será diferente do acima apresentado, podendo se agravar caso não haja uma medida de reposição imediata, com ações de curto prazo, que possam garantir a efetividade técnica e operacional da Instituição em sua totalidade. Por este motivo, e por estar com amparo na legislação que motiva a justificativa de ampliação do quadro de pessoal efetivo da Instituição.

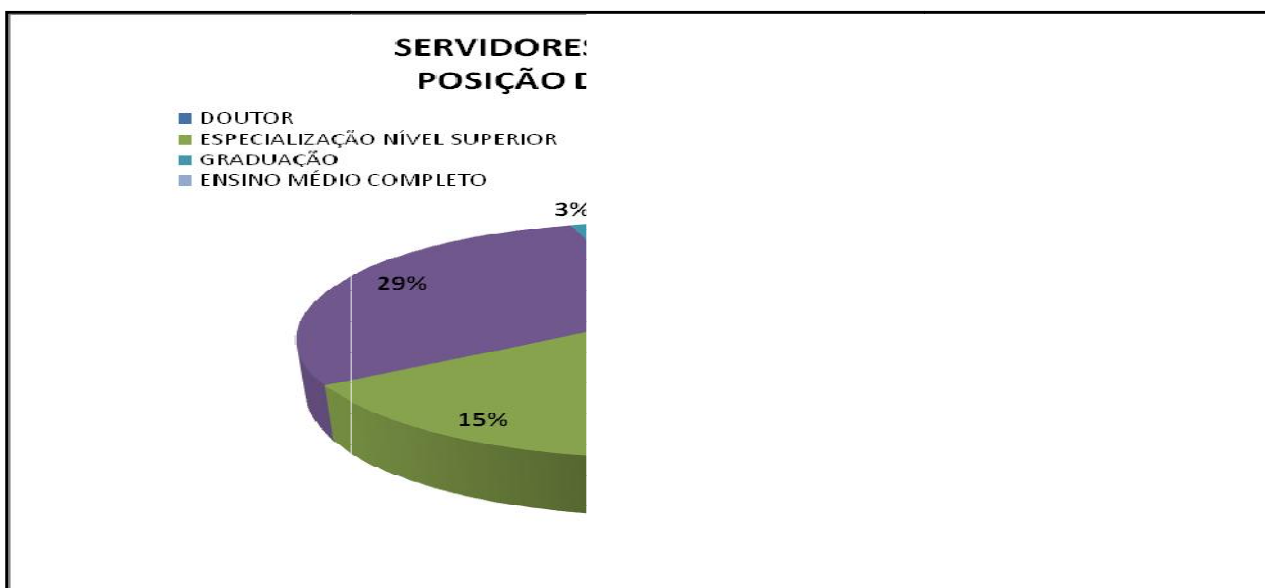
Com a realização do último Concurso Público no ano de 2013, o INT preencheu 35 (trinta e cinco) vagas para as áreas técnicas. Contudo este quantitativo ainda é insuficiente para fazer face à demanda e atender aos compromissos institucionais em andamento voltados para os focos de atuação do INT: Petróleo, Gás e Petroquímica, Energias Renováveis, Saúde, Química Verde, Tecnologias Sociais e Defesa.



O INT tem em seus quadros de pessoal servidores capacitados separados por titulação, representando 20 servidores qualificados do total de 241 servidores ativos do quadro efetivo, representando 95%, posição dez/2015, conforme quadro abaixo:



Gráfico 8.1.1.1 Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade.



Fonte: Dados da Divisão de Gestão de Pessoas - INT

Leia – se:

8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 8.1.1.1 Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	250	235	0	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	250	235	0	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	243	228	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	5	1	1



4. Total de Servidores (1+2+3)	255	240	5	19
---------------------------------------	------------	------------	----------	-----------

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 8.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	86	149
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	86	149
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	79	149
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	89	151

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro 8.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	33	32	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	33	32	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	27	27	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	5	4	1	1
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	10	9	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	9	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	43	41	0	0

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União



Conclusões de estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.

- A DIGP realizou no ano de 2015 consulta às áreas técnicas e de gestão onde cada unidade organizacional identificou suas necessidades de pessoal.

- Nas áreas técnicas foram identificados “gaps” de reposição de 122 servidores, sendo 80 de cargos de nível superior e 40 de cargos de nível médio.

- Nas áreas de gestão foram identificados “gaps” de reposição de 78 servidores, sendo 44 de cargos de nível superior e 34 de cargos de nível médio.

- Em valores totais, representaria a contratação de mais 200 servidores para atendimento às necessidades de pessoal do INT.

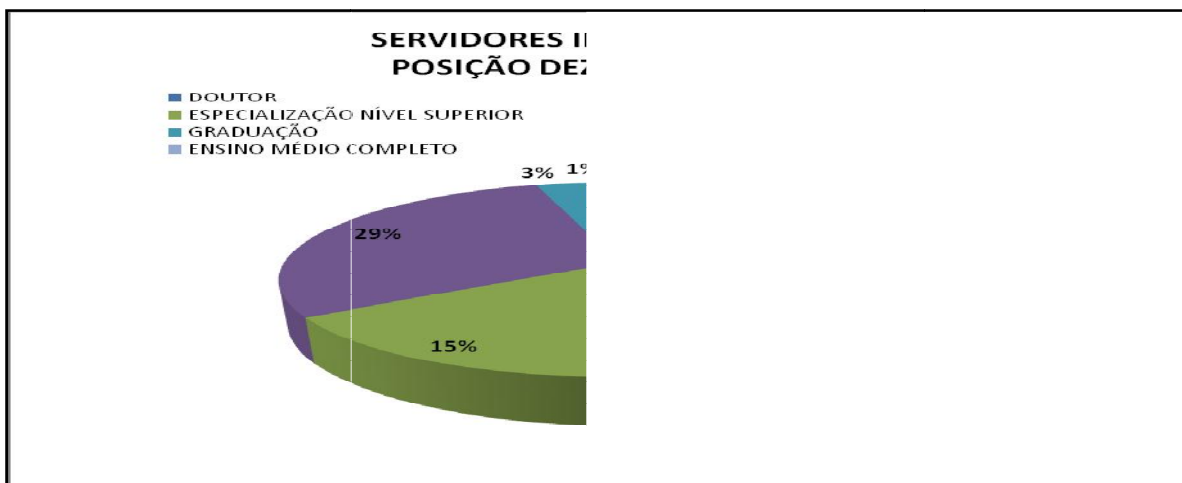
Tal motivação justifica-se com a perda constante do quadro de pessoal de servidores ativos, por diversos motivos de vacância, principalmente, por aposentadorias voluntárias no período de 2007 a 2014.

O quadro atual e futuro para os próximos 05 (cinco) anos, não será diferente do acima apresentado, podendo se agravar caso não haja uma medida de reposição imediata, com ações de curto prazo, que possam garantir a efetividade técnica e operacional da Instituição em sua totalidade. Por este motivo, e por estar com amparo na legislação que motiva a justificativa de ampliação do quadro de pessoal efetivo da Instituição.

Com a realização do último Concurso Público no ano de 2013, o INT preencheu 35 (trinta e cinco) vagas para as áreas técnicas. Contudo este quantitativo ainda é insuficiente para fazer face à demanda e atender aos compromissos institucionais em andamento voltados para os focos de atuação do INT: Petróleo, Gás e Petroquímica, Energias Renováveis, Saúde, Química Verde, Tecnologias Sociais e Defesa.

O INT tem em seus quadros de pessoal servidores capacitados separados por titulação, representando 230 servidores qualificados do total de 240 servidores ativos do quadro efetivo, representando 95%, posição dez/2015, conforme quadro abaixo:

Gráfico 8.1.1.1 Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade.



Fonte: Dados da Divisão de Gestão de Pessoas – INT

Quadro Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC por faixa etária

Tipologias dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargos efetivos	20	34	40	70	24
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	20	34	40	70	24
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	5	0
2. Provimento de cargo em comissão	1	5	5	18	12
2.1 Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2 Grupo de Direção e Assessoramento Superior	1	4	5	12	10
2.3 Funções gratificadas	0	1	0	6	2
3. Totais (1+2)	21	39	45	93	36

Observação: este quadro demonstra um total de 234 servidores, pois não inclui pessoal de carreira descentralizada e de exercício provisório, lotados no INT, no total 6 pessoas.

Correção do Item 8.1 – “Gestão de Pessoas” - página 56 do Relatório de Gestão 2015 do INT:

Onde se lê



No INT hoje há 70 servidores que adquiriram condições para aposentadoria. O quadro abaixo ilustra esta situação atual.

Quadro 8.1.3.1 Servidores com condições de aposentadoria

Quadro de Recursos Humanos do Plano de Carreiras para área de C&T das Unidades de Pesquisa, conforme Lei n.º 8.691, de 28 de julho de 1993															
Servi dores	Servidores									Aposentadorias					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2015 (A)	2014 (B)	2014 (C)	2015	To tal	% (D)
Pesqui sador	0	0	4	4	4	4	6	6	6	0	0	0		0	0%
Tecno logista	127	115	117	111	107	105	93	110	72	2	33	3		38	35%
Anali sta em C&T	32	31	29	28	27	27	34	31	16	1	13	1		15	48%
Assis tente de Pesqui sa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	--
Técni co	38	33	39	43	36	36	51	51	43	0	2	6		8	16%
Assis tente em C&T	62	59	59	57	57	57	49	47	25	1	18	3		22	47%
Auxilia r Técnic o	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	--
Auxi liar em C&T	2	2	2	2	2	3	3	3	1	2	0	0		2	67%



Total de servidores	261	240	250	245	233	232	236	248	241	6	66	13		85	34%
----------------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	----------	-----------	-----------	--	-----------	------------

Leia – se:

No INT hoje há 50 servidores que adquiriram condições para aposentadoria. O quadro abaixo ilustra esta situação atual.

Quadro 8.1.3.1 Servidores com condições de aposentadoria (1ª parte)

Quadro de Recursos Humanos do Plano de Carreiras para área de C&T da UPC, conforme Lei n.º 8.691, de 28 de julho de 1993											
Quadro Atual											Aposen- ta- dorias 2015
Servidores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015		
Pesquisador	0	0	4	4	4	4	6	6	6		0
Tecnologista	127	115	117	111	107	105	93	110	101		7
Analista em C&T	32	31	29	28	27	27	34	31	32		0
Assistente de Pesquisa	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0
Técnico	38	33	39	43	36	36	51	51	42		1
Assistente em C&T	62	59	59	57	57	57	49	47	44		6
Auxiliar Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0
Auxiliar em C&T	2	2	2	2	2	3	3	3	3		0
Total de servidores	261	240	250	245	233	232	236	248	228		14

Quadro 8.1.3.1 Servidores com condições de aposentadoria (2ª parte)

Quadro de Recursos Humanos do Plano de Carreiras para área de C&T da UPC, conforme Lei n.º 8.691, de 28 de julho de 1993
Previsão de Aposentadorias



Servidores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total	% (D)
Pesquisador	0	0	0	0	0	0	0	0%
Tecnologista	15	2	1	1	0	2	21	20%
Analista em C&T	7	0	0	1	0	0	8	24%
Assistente de Pesquisa	0	0	0	0	0	0	0	--
Técnico	5	0	0	0	0	0	5	12%
Assistente em C&T	13	0	0	0	1	0	14	34%
Auxiliar Técnico	0	0	0	0	0	0	0	--
Auxiliar em C&T	2	0	0	0	0	0	2	67%
Total de servidores	42	2	1	2	1	2	50	20%

2.2 CONTROLES EXTERNOS

2.2.1 ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO

2.2.1.1 INFORMAÇÃO

Análise do Acórdão TCU n.º 2109/2008 e dos Acórdãos do TCU envolvendo INT nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 com indicação de manifestação da CGU.

Fato

Apresenta-se a lista de acórdãos e suas determinações para a CGU acompanhar no INT:

Quadro LI: Determinações/Recomendações do TCU

Acórdão	Determinação	Posição da UJ	Posição CGU
Acórdão Nº 2278/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.7.1. ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT e ao Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - Cetene que façam constar, nos próximos relatórios de gestão, quadro sintético das medidas adotadas com vistas ao aprimoramento dos controles internos das entidades; 1.7.2. à <u>Controladoria-Geral da União - CGU</u> que, quando da próxima avaliação da gestão do INT e da Cetene, analise a implementação das medidas adotadas com vistas aos controles internos das entidades, especialmente aquelas apresentadas pelo dirigente do Cetene por meio do ofício nº 34/2012-CGR/NE;	As determinações foram atendidas e as providências adotadas foram inseridas no Relatório de Gestão do Exercício Financeiro de 2013.	Atendido



De acordo com o Acórdão n.º 2109/2008		Item 9.10.1 do Acórdão 2109/2008: Recomendações do Relatório de Auditoria n.º 161065, de 31/03/2005:	
<p>9.10. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que se pronuncie nas próximas contas do Instituto sobre:</p> <p><i>9.10.1. as providências adotadas para o atendimento das determinações do presente acórdão e das recomendações constantes do seu Relatório de Auditoria n.º 161065;</i></p> <p><i>9.10.2. as variações de maior significância dos indicadores e parâmetros de gestão constantes do relatório de gestão do Instituto Nacional de Tecnologia</i></p>	<p>4 Controles da Gestão</p> <p>4.1 Subárea - Controles Externos</p> <p>4.1.2 Assunto - Atuação das Unidades da SFC</p> <p>4.1.2.2 Informação</p> <p>Item 7.1.1.1: “Os registros no sistema SIAFI indicam (conta 112290100 - Pagamentos Indevidos) saldo de R\$ 0,02(valor histórico), que é decorrente de recolhimento ao INSS feito a maior quando do pagamento da folha de pessoal competência 09/1988”.</p> <p>Permanece o saldo identificado na conta 112290100. Em 11.05.2004, foi protocolado no INSS o Ofício/n.º 203/INT, de 30.04.2004, em que é solicitado ao Procurador Geral do INSS o desarchivamento do processo INSS 312016875, que deferiu o ressarcimento do valor pago a maior, a título de contribuição social, ao INSS. Requer ainda, que sejam tomadas providências no sentido de atualizar/corriger o valor e autorizar a compensação pelo INT do valor corrigido em futuro recolhimento de GPS em folha de pagamento de pessoal.</p>	<p>Foi nomeado pelo INT um preposto para acompanhar o processo junto ao INSS. A pessoa designada deu entrada com uma petição para ter acesso ao processo e realizou o acompanhamento da resolução do problema apontado.</p>	Atendido
	<p>7 Gestão Financeira</p> <p>7.2 Subárea – Recursos Realizáveis</p> <p>7.2.1 Assunto:- Contas a Receber</p> <p>7.2.1.1 Constatação: Existência de valores a receber em aberto originados de serviços prestados pelo INT.</p> <p>Recomendação</p> <p>a) Levantar a existência de valores relativos a serviços prestados e não pagos anteriores a 2004;</p>	<p>a) Os levantamentos de valores relativos a 2003 e disponíveis no sistema foram realizados.</p>	Atendido
	<p>b) Encaminhar, em relação aos casos pendentes de pagamento, cobranças formais, estipulando prazos para a quitação dos débitos;</p>	<p>b) As cobranças enumeradas no relatório foram efetuadas. Foi feita a cobrança formal para os valores de 2003.</p>	Atendido
	<p>c) Verificar, para cada contrato firmado, a existência de cláusula que estipule penalização por atraso no pagamento, aplicando-a nos casos concretos;</p>	<p>c) Os contratos já contém cláusula de cobrança. O caso identificado de falta de pagamento já foi encaminhado à AGU.</p>	Atendido
	<p>d) Incluir, caso inexistente, a referida cláusula nos novos contratos a serem firmados pelo Instituto.</p>	<p>d) Os contratos já contém cláusula de cobrança</p>	Atendido
<p>8 Gestão Patrimonial</p> <p>8.2 Subárea – Bens Imobiliários</p> <p>8.2.1 Assunto – Utilização de Imobiliários</p> <p>8.2.1.1 Constatação: Cessão não onerosa de espaço físico do INT para atividade com fins lucrativos.</p> <p>Recomendação: Adotar de imediato as medidas necessárias para abertura de procedimento licitatório que deverá considerar as disposições da norma no que tange à cessão de uso de espaço físico para exploração de atividade com fins lucrativos.</p>	<p>Para o contrato da cessão de espaço para a cantina, há parecer da AGU.</p> <p>No processo licitatório seguinte, foram observadas as normas pertinentes à cessão de uso de espaço, na forma da legislação vigente.</p>	Atendido	



<p>9 Gestão de Recursos Humanos: 9.1 Subárea - Movimentação 9.1.2 Assunto – Movimentação Entre– Órgãos / Entidades 9.1.2.2 Constatação: Continuidade na cessão de servidor em que pese a ausência do devido ressarcimento pelo órgão cessionário.</p> <p>Recomendação: a) Aperfeiçoar a comunicação entre as áreas financeira e de recursos humanos com respeito ao acompanhamento das cobranças e dos ressarcimentos da remuneração de servidores cedidos com ônus para o cessionário, permitindo em caso de inadimplementos a imediata adoção das medidas cabíveis, na forma indicada na legislação atinente à matéria;</p>	<p>O processo de cobrança é originado na área de pessoal, com base na folha de pagamento. A área financeira acompanha o crédito no Tesouro.</p> <p>A cobrança dos débitos não quitados da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro – SECTI já foi efetuada (Ofício INT n° 100/05). Foi publicado no Diário Oficial do Estado do RJ o reconhecimento da dívida de exercícios anteriores. Os valores devidos em 2005 foram quitados dentro do exercício.</p>	<p>Atendido</p>
<p>b) No caso concreto abordado, aplicar os ditames do art. 4º do Decreto nº 4.050/01.</p>	<p>O Ofício INT n.º 100/05 já considera o decreto. Foram adotadas providências no caso do não cumprimento do ressarcimento.</p> <p>Foram efetuados os pagamentos relativos aos valores devidos quanto à cessão do servidor relativos a exercícios anteriores. Continuar cobrando oficialmente os valores que devem ser ressarcidos mensalmente ao INT, aplicando se necessário os ditames do art. 4º do Decreto nº 4.050/01. Foi emitido despacho em processo recebido do MCT, relativo à continuidade da cessão do servidor à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SECTI/RJ, onde o INT concorda com a cessão, desde que sejam quitadas as dívidas relativas ao exercício de 2006.</p>	<p>Atendido</p>
<p>9 Gestão de Recursos Humanos: 9.3 Subárea - Indenizações 9.3.1 Assunto - Diárias 9.3.1.1 Constatação: Falhas em processos de concessão de diárias</p> <p>Recomendação: a) Fazer cumprir fielmente o disposto no</p>	<p>O Decreto n.º 343/91 está sendo cumprido pelo INT.</p> <p>As exceções devem ser minimizadas a partir do prazo estipulado de 10 dias para as</p>	<p>Atendido</p>



<p>art. 6 do Decreto nº 343/91 no que tange ao pagamento antecipado de diárias.</p>	<p>requisições.</p> <p>A administração do INT tem observado o disposto no art. 6º do Decreto nº 343/91, a ocorrência de algum pagamento que contrarie este Decreto justifica-se pela necessidade de afastamento de servidor sem que haja tempo hábil para realização da rotina de pagamento, ex. pedidos realizados na sexta-feira para viagem na segunda-feira subsequente; convites recebidos em prazos exíguos, entre outros.</p>	
<p>b) Estabelecer rotina de cobrança da apresentação dos canhotos dos cartões de embarque no prazo fixado pela Portaria nº 98/2003;</p>	<p>A orientação está sendo cumprida.</p> <p>Foi implementada rotina de cobrança dos bilhetes e respectivos relatórios de viagem bem como nos pedidos de diárias deverá estar descrito quem está custeando o transporte aéreo. Adicionalmente, passou-se a utilizar o Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas – SIGTEC para o registro destes documentos.</p>	<p>Atendido</p>
<p>c) Solicitar a apresentação dos cartões de embarque (ou pelo menos de suas cópias) de todos aqueles servidores que viajarem com concessão de diárias a cargo desse Instituto, independentemente a quem caiba a responsabilidade pela despesa com o transporte;</p>	<p>A orientação está sendo cumprida.</p> <p>Foi implementada a rotina de cobrança dos bilhetes e respectivos relatórios de viagem bem como nos pedidos de diárias deverá estar descrito quem está custeando o transporte aéreo. Adicionalmente, passou-se a utilizar o Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas – SIGTEC para o registro destes documentos.</p>	<p>Atendido</p>
<p>d) Explicitar, na ocorrência de deslocamentos intermediários, o local de pernoite, face ao impacto que a informação pode gerar no valor das diárias concedidas;</p>	<p>A orientação está sendo cumprida.</p>	<p>Atendido</p>
<p>e) Manter anexada à PCD que verse de afastamento do país cópia da publicação no DOU da autorização do afastamento;</p>	<p>A orientação está sendo cumprida.</p>	<p>Atendido</p>



<p>f) Exigir a apresentação de comprovante das datas dos deslocamentos mesmo daqueles servidores que viajem com a despesa sob suas expensas, porém, com diárias a cargo desse Instituto;</p>	<p>A orientação está sendo cumprida.</p>	<p>Atendido</p>
<p>g) Efetuar o acerto em razão de pagamento a menor realizado na PCD 239;</p>	<p>O acerto foi realizado.</p>	<p>Atendido</p>
<p>h) Solicitar o ressarcimento do valor pago a maior na PCD 247</p>	<p>O ressarcimento foi efetuado.</p>	<p>Atendido</p>
<p>9 Gestão de Recursos Humanos: 9.4 Subárea – Regime Disciplinar 9.4.1 Assunto - Processos De Sindicâncias 9.4.1.1 Informação A Unidade deverá verificar junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia oportunidades de participação de servidores do Instituto em cursos de capacitação promovidos tais como aquele desenvolvido em parceria entre a CGU e a ESAF.</p>	<p>O INT tem procurado oportunidades de participação em treinamento direcionado à área de apoio.</p>	<p>Atendido</p>
<p>10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.1 Subárea - Processos Licitatórios 10.1.1 Assunto - Formalização Legal 10.1.1.1 Constatação: Divergência entre os termos do contrato e a publicação do extrato Recomendação: Avaliar junto ao gestor do SICON a procedência ou não da alegação apresentada, ou se a falha apontada é resultado de erro de alimentação do sistema cometido pela própria Unidade.</p>	<p>Foi efetuada avaliação pelo gestor do SICON e verificado erro de sistema para dados antigos.</p>	<p>Atendido</p>
<p>10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.1 Subárea - Processos Licitatórios 10.1.2 Assunto – Contratos Sem Licitação 10.1.2.1 Constatação: Deficiência na apresentação das razões da inexigibilidade. Recomendação: Em casos análogos, a entidade deverá buscar meios de comprovar a inviabilidade de competição, como forma de sustentar o seu entendimento técnico, mediante consulta a outras entidades que realizem serviços análogos, remetendo-lhes o projeto para análise e pronunciamento.</p>	<p>De acordo. Para casos análogos, o INT instruiu os processos com consulta a outras entidades.</p>	<p>Atendido</p>
<p>10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.1 Subárea - Processos Licitatórios 10.1.2 Assunto – Contratos Sem Licitação 10.1.2.2 Constatação: Ausência de justificativa de preços em processos de inexigibilidade de licitação. Recomendação: Os fatos apontados não exigem a administração de fazer constar junto ao processo de contratação a justificativa de preços requerida pela lei. Assim, deverá a unidade providenciar, nos próximos contratos sem licitação, ainda que por inexigibilidade, documentação que demonstre a razoabilidade dos preços contratados, de modo deixar caracterizada a justificativa preconizada na Lei nº 8.666/93, como por exemplo, planilha de custos, pesquisa de preços junto a outros contratantes de serviço similar ou outros.</p>	<p>De acordo. Para casos análogos, o INT instruiu os processos com a documentação solicitada.</p>	<p>Atendido</p>



<p>10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.1 Subárea - Processos Licitatórios 10.1.2 Assunto – Contratos Sem Licitação 10.1.2.3 Constatação: Contratação indireta de mão-de-obra</p> <p>Recomendação: Os dispositivos reportados pela unidade são o Decreto nº 4.178, de 01.04.2002, onde em seu artigo 1º extingue “os cargos, vagos e os que vierem a vagar, de Assistente em Ciência e Tecnologia e de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, pertencentes à estrutura de cargos da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia”, e o Decreto nº 5.253, de 25.10.2004, que revoga “o Decreto nº 4.178, de 1º de abril de 2002, mantidas as extinções dos cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia e de Auxiliar em Ciência e Tecnologia verificadas durante a sua vigência” (artigo 1º, caput).</p> <p>Todavia, a unidade não demonstra, de forma inequívoca, que as disposições do primeiro decreto tenham atingido a disponibilidade de sua força de trabalho a ponto de configurar necessária a contratação de serviços elementares, de sua rotina administrativa (os relatórios de atividades dos contratados reforçam este entendimento), por períodos tão curtos (seis meses).</p> <p>Assim sendo, recomendamos que a unidade deixe de contratar serviços com essas características, observando as regras constitucionais para contratação de pessoal para o desempenho de atividades relacionadas ao seu Plano de Carreiras, estatuído pela Lei nº 8.691/1993.</p>	<p>A orientação foi observada nos processos de contratação de serviços desta natureza.</p>	<p>Atendido</p>
<p>10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.1 Subárea - Processos Licitatórios 10.1.2 Assunto – Contratos Sem Licitação 10.1.2.4 Constatação: Contratação de serviço equivocadamente por meio de dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.</p> <p>Recomendação: Observar as determinações contidas nos atos emanados do Tribunal de Contas da União quando da contratação de serviços desta natureza (realização de concurso público), ao pacificar o entendimento quanto ao alcance das disposições do inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, deixando claro que tais serviços não estão neste contexto.</p>	<p>De acordo. Para casos análogos, o INT passou a instruir os processos para a licitação da empresa fornecedora dos serviços, realizando o devido processo licitatório.</p>	<p>Atendido</p>
<p>10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.1 Subárea - Processos Licitatórios 10.1.3 Assunto - Extrapolação de Prazos Legais 10.1.3.1 Constatação: Prestação de serviços pelo INT sem cobertura contratual</p> <p>Recomendação:</p> <p>a) Estabelecer preços contratuais a partir do levantamento de custos reais, com memória de cálculo a ser mantida como parte integrante do processo de contratação, de modo a evitar a ocorrência de divergências como a acima relatada;</p>	<p>Os preços praticados passaram a ser obtidos a partir de uma planilha de custos desenvolvida para esta finalidade.</p>	<p>Atendido</p>



b) Interromper, caso ainda persista, a prestação de serviços de que trata o contrato nº 03.506.00/04, até que novo contrato venha a ser firmado;	O contrato em questão foi interrompido.	Atendido
c) Aprimorar os controles mantidos sobre prazos e demais cláusulas contratuais, tendo como objetivo a não repetição de situações como a que foi descrita.	Foi desenvolvido o programa de acompanhamento de contratos.	Atendido
10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.1 Subárea - Processos Licitatórios 10.1.4 Assunto – Pagamentos Contratuais 10.1.4.1 Constatação: Formalização de contratos após a data prevista para a realização de serviços. Recomendação: A Unidade deverá cuidar para que haja aprimoramento no planejamento de suas contratações e nos controles dos contratos firmados, compatibilizando a observância das fases/etapas da despesa, conforme preconiza a Lei nº 4.320/1964 (empenho, liquidação e pagamento, nesta ordem) com as necessidades de suprimento de bens e serviços.	O INT está observando a orientação	Atendido
10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.1 Subárea - Processos Licitatórios 10.1.3 Assunto - Inspeção Física Da Execução 10.1.5.1 Constatação: Insuficiência das informações disponíveis com relação à participação da FUNCATE no Acordo de Cooperação firmado com o INT. Recomendação: Tendo em vista tratar-se de desenvolvimento tecnológico obtido a partir de instituição pública, a relação INT – FUNCATE – CLIENTE deve estar constituída de elementos que confirmam total transparência tais como: a) Inclusão de informações relativas à destinação final e as receitas obtidas na relação FUNCATE – CLIENTE, a partir dos produtos gerados pelos projetos desenvolvidos pelo INT;	Os Termos de Ajuste firmados com a Fundação de Apoio já incluem informações relativas à destinação da receita arrecadada pelo INT no âmbito dos trabalhos desenvolvidos em cada projeto.	Atendido
b) Especificação pormenorizada, nos Termos de Ajuste, do apoio técnico e administrativo que será aportado pela FUNCATE;	O INT concordou que devia haver a descrição pormenorizada relativa à participação da Fundação em cada projeto e implementou as ações necessárias. O INT especificou no novo acordo de Cooperação o apoio técnico e administrativo aportado pela FUNCATE de forma a atender a recomendação.	Atendido
c) Explicitação dos critérios para definição da margem cobrada pelo INT em cada Termo firmado;	A cada planilha elaborada, a direção define a margem a ser cobrada pelo INT, de acordo com a política de capacitação de recursos extra-	Atendido



		orçamentários.	
d) Cumprimento do disposto no item 3.2.3 e instituição de prestação de contas das atividades desenvolvidas pela FUNCATE quando do término de cada Termo.		O INT apresenta regularmente as prestações de contas relativas a cada Termo de Ajuste.	Atendido
10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.2 Subárea – Convênios de Obras e Serviços 10.2.1 Assunto - Prestação de Contas 10.2.1.1 Informação Diante da documentação apresentada que comprova estar o Convênio devidamente aprovado pela ANVISA, o INT deve formalizar solicitação àquela Agência objetivando a realização dos acertos necessários no SIAFI.		Houve uma reunião entre o representante do INT e a administração da ANVISA para regularizar a situação do convênio.	Atendido
10 Gestão do Suprimento de Bens / Serviços 10.2 Subárea – Convênios de Obras e Serviços 10.2.1 Assunto - Prestação de Contas 10.2.2.1 Informação Diante do acima descrito, a Unidade deverá proceder ao levantamento completo de todos os serviços prestados entre os partícipes até a posição de 31.12.2004, bem como efetuar o devido encontro de contas conforme estabelecido no item 2.3 do Convênio.		O levantamento foi efetuado e houve uma reunião com o representante do INMETRO para finalizar o encontro de contas.	Atendido
<u>Item 9.10.2 do Acórdão 2109/2008: atendimento das determinações do presente acórdão para o INT:</u>			
9.9.1. adote as providências necessárias à fiel observância do princípio da segregação de funções, de forma a coibir a ocorrência de situações como a verificada quando a então substituta do Coordenador de Auditoria Interna desempenhou, concomitantemente, funções de Coordenadora-Geral de Articulação Institucional e substituta do ordenador de despesa da Unidade;		Foi baixada nova Portaria do Diretor do INT corrigindo a substituição indevida.	Atendido
9.9.2. instrua os processos de inexigibilidade de licitação com informações sobre a inviabilidade de competição para a realização dos serviços pleiteados e a razoabilidade dos preços contratados, lançando mão, para tanto, de planilhas de custo e de pesquisas de preços junto a outros contratantes de serviços similares, em cumprimento do disposto nos artigos 25 e 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;		Os processos estão sendo instruídos a partir de roteiro que lista todos os itens necessários ao seu prosseguimento, na forma da Lei nº 8666/93.	Atendido
9.9.3. observe as regras legais de contratação de pessoal para desempenho de atividades relacionadas à Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-estrutura em Ciência e Tecnologia de que trata a Lei nº 8.691/1993, abstendo-se de suprir eventuais carências nessas áreas por meio de contratação indireta de mão-de-obra;		As contratações indiretas somente estão sendo efetuadas nos casos em que o trabalho a ser desenvolvido não está previsto na descrição do cargo da Carreira de Gestão em C&T.	Atendido



	9.9.4. observe, no caso de contratação direta, com base no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, de instituição para promoção de concurso público, todos os requisitos constantes do citado artigo e demonstre, com critérios objetivos, no seu plano estratégico ou em instrumento congênere, a essencialidade do preenchimento do cargo objeto do concurso público para o seu desenvolvimento institucional;	O processo administrativo relativo ao Concurso Público lançado em 2008 observou os requisitos previstos na legislação vigente.	Atendido
	9.9.5. insira em seus relatórios de gestão análise conclusiva sobre a variação dos indicadores ou parâmetros de gestão, esclarecendo as razões para tais variações e as medidas adotadas pelo Instituto para corrigi-las;	O Relatório de Gestão 2015 já contempla a justificativa para os indicadores de desempenho cujos índices ficaram abaixo do estimado (Tabela nº 29).	Atendido
	Quanto ao assunto do item: "9.10.2. as variações de maior significância dos indicadores e parâmetros de gestão constantes do relatório de gestão do Instituto Nacional de Tecnologia", verificamos que, em 2015, dentre os indicadores selecionados na amostra, o ICT (Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento) foi aquele que apresentou variações de maior significância.		

Fonte: Site do TCU, Ofício n.º 047/INT (26/02/2016), Relatório CGU N.º 161065 e Documento do INT sobre seu Plano de Providências, referente aos atos praticados pela UPC, entre 01/01/2004 e 31/12/2001 (fazendo referência às recomendações do Relatório n.º 161065 da CGU).

3 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1 MOVIMENTAÇÃO

3.1.1 QUANTITATIVO DE PESSOAL

3.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da gestão de pessoas da UPC quanto à adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições.

Fato

Inicia-se a análise pelo quantitativo de servidores ao longo dos últimos 15 exercícios, conforme a distribuição do quadro abaixo.

Quadro LII: Força de trabalho do INT entre 2001 e 2015

Data de Referência	Total de Servidores
31/12/2001	247
31/12/2002	274



31/12/2003	272
31/12/2004	284
31/12/2005	286
31/12/2006	277
31/12/2007	271
31/12/2008	250
31/12/2009	248
31/12/2010	239
31/12/2011	238
31/12/2012	228
31/12/2013	262
31/12/2014	252
31/12/2015	240

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT

Destaca-se que, entre 2002 e 2015, foram realizados quatro concursos públicos com 124 vagas para o INT, das quais, 115 foram preenchidas. Considerando-se o período entre 2001 e 2015, verifica-se que, apesar do ingresso de 115 servidores, o total do quadro de recursos humanos reduziu-se em sete pessoas, representando 2,8% do total de 2002. Caso se considere o total da força de trabalho do INT em 1985 – 405 pessoas, esta perda passa a representar 40,7% - 165 pessoas, nos últimos 30 anos.

Ao final do exercício de 2015, o INT constatou a existência de 70 servidores (29% do total) que recebem abono de permanência e adquiriram condições para pedirem aposentadoria voluntária, capital intelectual importante, sendo a sua maioria com atuação direta nos projetos e atividades de áreas técnicas. Além disso, a UPC informou a previsão do quantitativo de servidores que terão condições de se aposentar nos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, separados por cargo.

Quadro LIII: Servidores que irão adquirir condições de aposentadoria nos próximos quatro anos

ANO	TECNOLOGISTA	ANALISTA	ASSISTENTE	TÉCNICO	TOTAL
2016	4	0	1	0	5
2017	2	0	2	1	5



2018	1	0	3	0	4
2019	3	1	0	0	4
TOTAL	10	1	6	1	18

Fonte: Resposta da SA201601325/001.

Sendo assim, nos próximos quatro anos, caso não haja a ocorrência de concurso público, o INT poderá perder mais 18 servidores. Caso se considere os 70 que já podem se aposentar atualmente, teremos um quantitativo de 88. Desta forma, se nos próximos quatro exercícios não ocorrerem concursos públicos, a força de trabalho do INT poderá reduzir-se em 37% do total atual, de forma a totalizar 152 ao final de 2019.

O detalhamento da força de trabalho do INT em 2015 está registrado no quadro a seguir.

Quadro LIV: Força de trabalho do INT em 2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva
1. Servidores em Cargos Efetivos	235
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0
1.2. Servidores de Carreira	235
1.2.1 Servidores de carreira vinculados ao órgão	228
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	5
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	1
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	240

Fonte: Relatório de Gestão 2015 do INT

Atualmente, o quantitativo autorizado para o quadro de pessoal do INT é de 290 servidores, número que também não atende às necessidades da UPC.

As conclusões dos estudos realizados, em 2015, pela Divisão de Gestão de Pessoas – DIGP, do INT, com consulta às áreas técnicas e de gestão, onde cada unidade organizacional identificou suas necessidades de pessoal, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim, apontam para os seguintes resultados:

- Nas áreas técnicas foram identificados “gaps” de reposição de 122 servidores, sendo 80 de cargos de nível superior e 40 de cargos de nível médio.
- Nas áreas de gestão foram identificados “gaps” de reposição de 78 servidores, sendo 44 de cargos de nível superior e 34 de cargos de nível médio.

Sendo assim, o estudo conclui que o INT necessitaria a contratação de, no mínimo, 200 servidores para atendimento de suas necessidades de pessoal. Este quantitativo



implicaria, inclusive, no aumento da lotação autorizada do órgão, de 290 para 440, superando o quantitativo existente em 1985 – 405 pessoas.

A justificativa apresentada pela UPC, na página 50 de seu Relatório de Gestão 2015, é a seguinte:

“Tal motivação justifica-se com a perda constante do quadro de pessoal de servidores ativos, por diversos motivos de vacância, principalmente, por aposentadorias voluntárias no período de 2007 a 2014.

O quadro atual e futuro para os próximos 05 (cinco) anos, não será diferente do acima apresentado, podendo se agravar caso não haja uma medida de reposição imediata, com ações de curto prazo, que possam garantir a efetividade técnica e operacional da Instituição em sua totalidade. Por este motivo, e por estar com amparo na legislação que motiva a justificativa de ampliação do quadro de pessoal efetivo da Instituição.

Com a realização do último Concurso Público no ano de 2013, o INT preencheu 35 (trinta e cinco) vagas para as áreas técnicas. Contudo este quantitativo ainda é insuficiente para fazer face à demanda e atender aos compromissos institucionais em andamento voltados para os focos de atuação do INT: Petróleo, Gás e Petroquímica, Energias Renováveis, Saúde, Química Verde, Tecnologias Sociais e Defesa.”

Apresentamos a continuação das análises do INT, apresentadas na página 57 de seu Relatório de Gestão 2015:

“Para modificar essa situação, o INT tem feito esforços sistemáticos para repor o quadro de pessoal com referências a pedidos de realização de novo concurso público, mesmo sem sucesso.

Além das aposentadorias, impactam o quadro de pessoal os afastamentos que reduzem a força de trabalho, como cessão, licenças remuneradas e não remuneradas, dentre outros afastamentos. O INT vem buscando mitigar esta situação.

Sistematicamente, a DIGP realiza a gestão das informações sobre a previsão de aposentadorias, com base nos cadastros dos servidores e nos pedidos de abono de permanência, de forma a subsidiar a Direção do INT para realizar o planejamento de ação em gestão de pessoas, com propostas de mecanismos de retenção para o repasse do conhecimento com o objetivo de capacitar as equipes que continuam na Instituição, para dar continuidade aos projetos e atividades do INT. Como também um programa de preparação para aposentadoria.

Essa informação é atualizada trimestralmente e enviada à Direção do INT para conhecimento e tomadas de decisões, junto ao MCTI sinalizando a necessidade de reposição de pessoal de forma imediata.”

Sobre a gestão de riscos relacionados ao pessoal, o INT apresenta a seguinte posição na página 55 de seu Relatório de Gestão 2015:

“O quadro da força de trabalho da Instituição reflete que a saída de servidores por motivos de vacância ou afastamentos vem aumentando ao longo do tempo, e os esforços do INT em reforçar seus quadros de pessoal, com pedidos de autorização para nomeação de 50% das vagas de Concurso Público, bem como pedido a prorrogação do Concurso Público INT de 2012, com envio dos Ofícios INT nº 018/2014 e 019/2014 ao MCTI, justificando a necessidade dessas ações para fortalecimento do quadro de pessoal de servidores ativos.

Outra ação importante realizada pela área de Gestão de Pessoas do INT é o acompanhamento dos servidores que solicitam o benefício do abono de permanência, considerando que esta concessão é a demonstração do servidor que pretende continuar no Serviço Público, mas que preenche todos os requisitos para aposentadoria voluntária.”

Se considerarmos a distribuição dos recursos humanos, em 31/12/2015, contendo bolsistas (36%), servidores (44%) e terceirizados (20%), concluir-se-á que a força de trabalho do INT hoje está concentrada em 56% de colaboradores (bolsistas + terceirizados).

A seguir, analisa-se a distribuição dos servidores do INT por faixa etária.

Quadro LV: Distribuição dos servidores por faixa etária.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	20	34	43	79	30
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2 Servidores de Carreira	20	34	43	74	30
1.3 Servidores com Contratos Temporários					
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				5	
2. Provimento de Cargo em Comissão		3	4	18	9
2.1 Cargos de Natureza Especial					
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior		2	4	12	7
2.3 Funções Gratificadas		1		6	2
3. Totais (1+2)	20	37	47	97	39

Fonte: Resposta da SA201601325/001

Considerando-se o quadro acima, tem-se que 56,7% dos servidores do INT possuem de mais de 51 anos, 35,0% possuem de 31 a 50 anos, e, apenas 8,3% deles possuem até 30 anos. Desta forma, comprova-se o envelhecimento do quadro de servidores da UPC. Ressalta-se que a continuidade desta situação, aliada à falta de reposição do quantitativo



de pessoas, poderá acarretar na descontinuidade dos conhecimentos sobre a atuação do INT e prejudicar sua atuação futura, podendo, eventualmente, ocasionar retrocessos nas atividades da UJ, principalmente no que diz respeito à inovação.

O longo espaçamento entre os concursos públicos, com média de realização de quatro em quatro anos, somado ao número limitado de quantitativos de vagas estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para o INT, não é adequado ao preenchimento das lacunas apresentadas pela saída de servidores, não oferecendo possibilidade de reposição imediata da força de trabalho de forma a compor o quadro de pessoal ideal para a UPC. O INT, em sua gestão de riscos institucionais, considera que esta situação afeta o alcance de seus objetivos estratégicos e o desenvolvimento do seu negócio.

Quanto à qualificação da força de trabalho, o INT relata, em seu Relatório de Gestão 2015, que tem em seu quadro de pessoal, servidores capacitados separados por titulação, representando 230 servidores qualificados do total de 240 servidores ativos do quadro efetivo, o que corresponde a 95,8% do quadro, considerando a posição de dezembro de 2015.

O INT relatou que realiza anualmente o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) junto às Unidades Organizacionais para compor o Plano Anual de Capacitação da instituição (PAC). Este plano é gerenciado pela Divisão de Gestão de Pessoas - DIGP e tem por finalidade realizar capacitação, treinamentos internos e externos dos seus servidores, em atenção ao Decreto nº 5.707/2006, bem como às diretrizes estratégicas da instituição pactuadas no planejamento estratégico institucional 2011-2015, que desde 2010 estabeleceu o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH), onde a DIGP tem por objetivo a implementação de ações para realização do desenvolvimento pessoal dos servidores do Instituto Nacional de Tecnologia, para atender as diretrizes instituídas pela Política Nacional para o Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) da Administração Pública Federal Direta.

Quanto à distribuição dos servidores quanto às atividades fim e meio, temos o seguinte quadro.

Quadro LVI: Distribuição da Lotação Efetiva pelas áreas meio e fim (posição 12/2015).

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira	86	149
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2 + 1.1.3 + 1.1.4 + 1.1.5)	86	149
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	79	149
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	2
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	89	151

Fonte: Anexo Único da Portaria-TCU N.º 321, de 30/11/2015.



Em 31/12/2015, a força de trabalho de servidores na área técnica (finalística) representava 62,9% do total, conforme quadro acima.

Acrescenta-se, a informação disponibilizada pela Chefe da DIGP do INT quanto às dificuldades de contratação de servidores:

“Uma das dificuldades na contratação de servidores para área de gestão é que o Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia para Gestão, Planejamento e Infraestrutura, estatuído pela Lei nº 8.691/1993, é que o cargo de Analista informa como pré-requisito nível superior completo.

Nos últimos concursos públicos, nos anos de 2009 e 2013, é a Administração Central quem está responsável pela definição do perfil e do pré-requisito para os cargos de Analista e Assistente, definindo apenas a área de atuação, Gestão Administrativa e Infraestrutura, tendo como pré-requisito, nível superior de qualquer formação.

O que ocorre é que os candidatos aprovados tem formação diferente do cargo de gestão, muitos até com formação técnica, e ao serem admitidos para exercerem funções de gestão (Recursos Humanos, Suprimentos, Planejamento, Financeiro, Orçamento e Finanças, Infraestrutura e Logística) é necessário um tempo maior de treinamento.

Soma-se a este fato, a desmotivação de alguns servidores, principalmente daqueles que tem formação técnica, pois eles idealizam fazer a Gestão de Ciência e Tecnologia e não trabalhar em processos formais. Para diminuir este impacto, o INT investiu na capacitação desses servidores, além de convidá-los para realizar trabalhos de cunho técnico na área de gestão da estratégia do Instituto, por meio de Comissões instituídas pelo Diretor.

Entendemos que este perfil é mais adequado na Administração Central, posto que o Ministério tem em sua estrutura regimental Secretarias técnicas e Programas de Políticas Públicas que necessitam de Analistas com formação técnica, para analisar os recursos demandados pelo MCTI viabilizar os investimentos nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Outra dificuldade nesse sentido é a contratação de pessoal com formação em Tecnologia da Informação (TI). Além de ser uma área bastante concorrida a nível salarial, tendo baixo atrativo para candidatos de concurso público, a dificuldade de contratação também está no explicitado acima, pois é feito um único perfil para a Gestão Administrativa, não contemplando formação em TI.

O INT contratou servidor com formação em TI no concurso público do ano de 2002, quando a Instituição organizou o certame do concurso público e teve condições de especificar o perfil do cargo e a formação acadêmica nas áreas pretendidas para atender às lacunas de recursos humanos.”

Além disso, a Chefe da DIGP/INT informou que a área de Recursos Humanos perderá três servidores por aposentadoria voluntária, conforme processos abertos no ano de 2015, o que dificultará a execução de suas atividades, tanto na área de Administração de Pessoal quanto na área de Desenvolvimento de Pessoal, afetando diretamente os prazos

e entregas dos trabalhos demandados à área. Sendo assim, demonstram-se, também, os impactos na área meio da UPC.

Diante do exposto, conclui-se que a força de trabalho existente não atende às necessidades da UPC, que houve perda da força de trabalho no decorrer do exercício e ao longo dos últimos 15 anos.

A UPC realizou estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, concluindo pela insuficiência quantitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias da Unidade, muito embora o pessoal seja qualificado em sua grande maioria. Os estudos realizados incluem, ainda, o impacto no quantitativo de pessoal decorrente da evolução futura dos desligamentos e da ocorrência de aposentadorias.

3.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Existência de seis servidores cedidos a outros órgãos enquanto a avaliação do INT aponta para insuficiência de quadro de pessoal para executar suas atividades finalísticas e de área meio.

Fato

Levantamos o seguinte quadro de servidores cedidos pelo INT a outros órgãos:

Quadro LVII: Servidores Cedidos pelo INT

Matrícula do servidor do INT	Órgão para o qual foi cedido	Data de início da cessão	Ônus da Cessão (UJ responsável pelo pagamento dos salários do servidor cedido)
0662528	Agência de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP	09/03/1998	INT
0662551	Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES	19/09/2007	BNDES
0673187	Fundação de Amparo a Ciência Carlos Chagas Filho – FAPERJ	21/01/2015	Fundação de Amparo a Ciência Carlos Chagas Filho – FAPERJ
0662377	Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RJ	08/08/2014	INT
0662568	Tribunal Regional Eleitoral – TRE/RJ	18/02/2016	INT
1297146	Defensoria Pública da União / Baixada Fluminense - DPU	11/03/2016	INT

Fonte: Resposta da SA201601325/001



Diante da situação descrita pelo INT com relação à insuficiência de seu quadro de pessoal e os consequentes impactos em suas atividades, consideramos inadequada a cessão de seis servidores, representando 2,5% de sua força produtiva.

Além disso, diante dos problemas de contingenciamento orçamentário, entendemos que parte dos recursos destinados à UPC está sendo utilizada para o pagamento da folha de servidores que não estão efetivamente prestando serviços ao INT, mas, sim, ao TRE/RJ, à ANP e à DPU.

Causa

Falha na política de cessão de servidores do INT perante a situação orçamentária atual da UPC e do quantitativo de seu quadro de pessoal.

Manifestação da Unidade Examinada

Análise do Controle Interno

Recomendações:

Recomendação 1: Rever a política de cessão de servidores do INT, diante da situação de seu quadro de pessoal atual, criando uma norma interna sobre o assunto.

Recomendação 2: Avaliar a possibilidade de retorno aos quadros da UPC dos seis servidores atualmente cedidos pelo INT.

